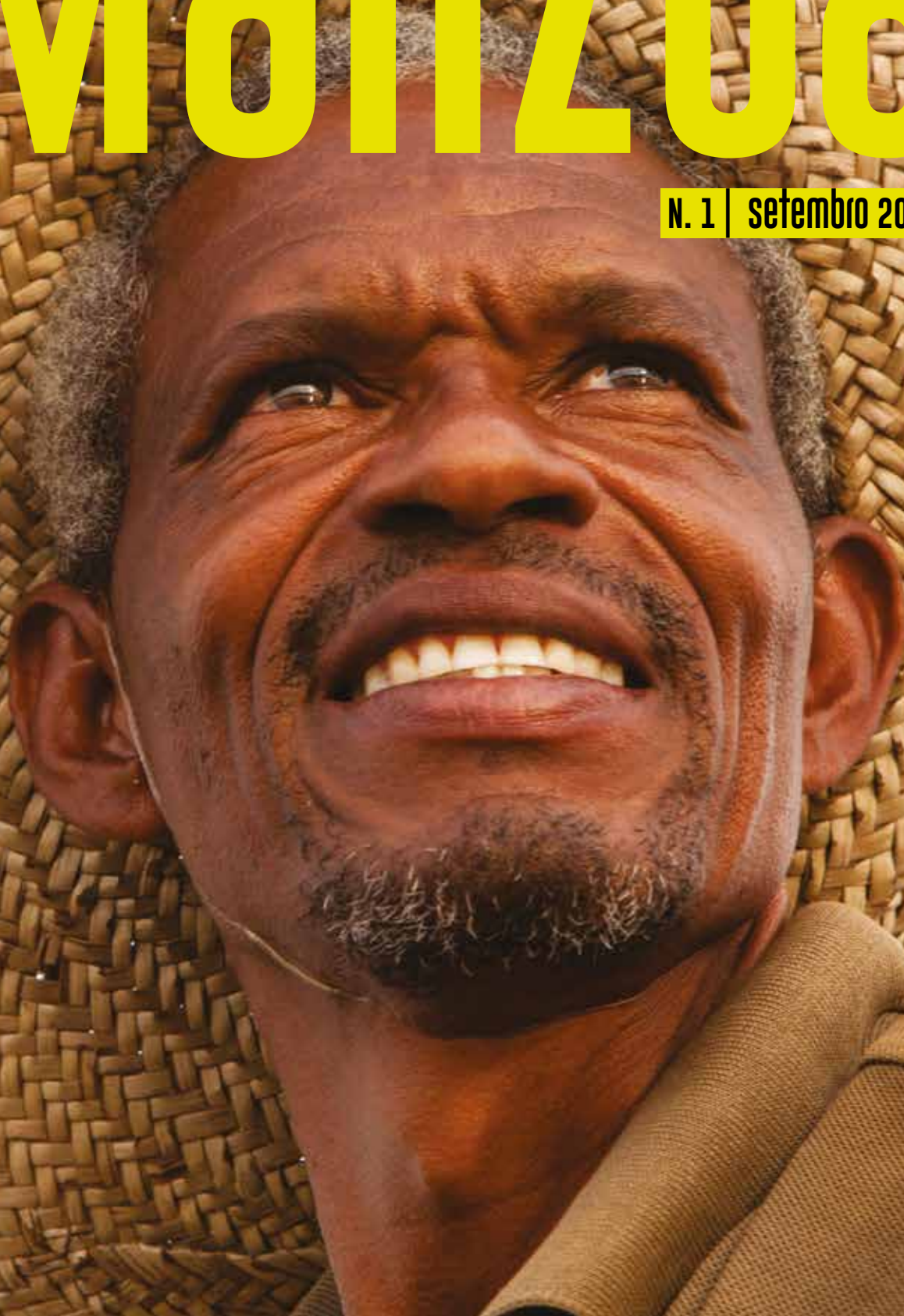


Manzúó

N. 1 | settembre 2016





“Esse Manzuá já vem de muito tempo, diz que do tempo desse povo mais velho. Chegava dessa vez que não tinha nem bolsa pra levar roupa pra festa. Aí diz que elas passavam a roupa bem passadinho, colocava um lençol, amarrava, ia na cabeça. Aí diz que umas iam cantando ‘Ô, mas cadê o manzuá?’, a outra respondia dali ‘Ó ele aqui’. Aí diz que chegava na festa, elas mesmas iam dançar. Aí fazia a pergunta, ‘de onde é que ocê evém? Eu vim pra festa’. Eu vi um movimento muito bonito perto de casa e eu fiquei escutando aquele barulho. Aí eu fui falar assim, cê quer saber d’uma, eu vou lá. Aí a outra falou pra mim assim ‘Quê que cê vai fazer lá?’ ‘Uai, vou dançar a dança do manzuá’. Aí virou.”

LIVINA BORGES DOS SANTOS



Grupo Manzuá, comunidade Retiro dos Bois. Foto Mariana Cabral

NARRAR É PARTILHAR

editorial

POR DAMIANA CAMPOS E MARCELA BERTELLI

A construção de um território desloca os limites do livro de cadastros, das cercas, vence recortes de tempos e de espaços e amplia fronteiras que não nos bastam ou que nos atravessam situadas em outras geografias.

Célia Xakriabá pergunta: Onde o Brasil começa? Os ribeirinhos do São Francisco, do Urucuia, das comunidades de agroextrativistas querem saber até onde caminharemos, enquanto assistem o Cerrado virar pasto e eucalipto. Vazanteiros, geraizeiros, povos indígenas, quilombolas, barranqueiros, agricultores, pescadores, benzedeiros e tantos outros nomes quase desconhecidos para além dos Gerais: um mosaico de povos que tem como bandeira a natureza.

Nossa narrativa não é a do vazio, do que falta. A poesia nos lembra que o sertão é dentro e fora, é do tamanho do mundo. Coube a nós, editoras da Manzuá, fazer com que chegasse a um maior número de pessoas as vozes desse mosaico, que não é apenas o conjunto de pedacinhos, mas uma imagem que expande os sentidos do pertencer a esse vasto território chamado Sertão.

O Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu foi reconhecido no ano de 2009, mas sua história vem dos esforços de muitas pessoas e instituições, que buscam a gestão integrada do território, aliando as áreas protegidas – Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Quilombos – com as comunidades tradicionais, em meio a projetos de monocultivo que têm afetado os biomas que compõem o Cerrado Central, entre Minas Gerais, Bahia e Goiás. Vale lembrar que o Mosaico é o ápice de um trabalho que começou bem antes, em 2006, pela Funatura e pelo Ministério do Meio Ambiente, com a construção do Plano de Desenvolvimento de Base Conservacionista, cuja proposta voltava-se para

processos de desenvolvimento a partir do turismo, do extrativismo e da gestão das Unidades de Conservação.

Optamos pelo encantamento como ênfase da nossa linguagem. A educação à conservação nasce do afeto e do maravilhamento pelas pessoas e pelos lugares que conhecemos. O chão de nossa luta é repleto de belezas, de histórias, de poesia, de sabores, de silêncios, de fé. Mais do que conservar, desejamos fazer ressoar os caminhos propostos da base comunitária para os arranjos produtivos da cadeia do turismo, da cultura e da própria gestão compartilhada do Mosaico.

Mais do que colher resultados, queremos abrir processos. Que a Manzuá seja espaço de diálogo, de aprendizado constante sobre o mundo e sobre nós mesmos, de construção permanente de uma cartografia viva.

Nosso nome tem a cor do terreiro de Dona Lourença Borges, Maria dos Santos e Jovem Santos, mulheres de força e de fé da beira da Carinhanha. Que saibamos cuidar da semente.

O Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC) teve sua construção iniciada em 2006 pela Funatura (Edital 001/2005, Fundo Nacional do Meio Ambiente), contando com diversos outros atores e instituições que atuam na região. Após quatro anos de trabalho, o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu foi contemplado com a implementação do DTBC no âmbito da Política Interna do Fundo Socioambiental CAIXA, em parceria celebrada com o Ministério do Meio Ambiente por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA/SECEX e do Departamento de Áreas Protegidas – DAP/SBF – Convênio – AC FSA CAIXA Nº 0006.006/2011/Cerrado. Desde então, dois projetos vêm sendo desenvolvidos no Mosaico, sendo eles: Turismo Ecológico de Base Comunitária (Instituto Rosa e Sertão) e Extrativismo Sustentável (Cooperativa Sertão Veredas).

SUMÁRIO

Tecendo história xakriabá	04
o novo mundo é os gerais	08
o céu sem fim	14
o que faz do sertão ser tão	18
cultura alimentar	22
caminhos do sertão	24
conflito e comunhão	28
território unido, território fortalecido	34
ofício de cuidar	42
uma história do vão	46
veredas: ramagem e amar em água	51
todo verso que eu recito	60
A refundação do sertão no cinema	62
DIZ	66
Apoenah: um lugar além	68
quem escreve	71

NOTA DA EDIÇÃO

Foi mantida a norma culta do português na maioria das palavras transcritas da oralidade, exceto naquelas em que o próprio autor optou por forma distinta (regionalismo ou invenção) ou quando optou-se por preservar particularidades fonéticas que colaboram para a compreensão e expressão da linguagem oral.

TECENDO HISTÓRIA XAKRIABÁ

nosso presente está
no futuro, mas nosso
futuro também se faz
presente em nosso
passado

POR CÉLIA XAKRIABÁ

O que marca a nossa história como constante aprendiz é a Argila, o Jenipapo e o Giz. Tece a nossa trajetória, inspirado na raiz. No representar das cores, no entoar da oralidade, vamos moldando a nossa história com culturalidade.

Conhecer a história e a cultura indígena nos dá a oportunidade de relacionar, diante das diferenças étnicas, culturais e linguísticas, aceitação positiva da diversidade, respeito mútuo, busca de consenso e, ao mesmo tempo, reconhecimento e aceitação do dissenso. Isso é, sem dúvida, o caminho para a intraculturalidade: perceber a cultura do outro não apenas como um verniz, mas se permitir conhecer com relações compenetradas.

Sou membro do Povo Indígena Xakriabá, comunidade localizada no norte do estado de Minas Gerais. Nascida em 10 de maio de 1989, sou filha de um importante mobilizador militante do movimento indígena, animador dos jovens e articulador das lutas, que aprendeu a ler e a escrever em casa de família, na época em que não existiam escolas em nossa comunidade. Sempre estive inserida no contexto educacional tradicional, desde a mais tenra idade, a partir de minha família e das orientações de caciques e lideranças.

Sou bisneta de emblemático Xakriabá, referência na escrita de cartas, cujos destinatários eram aqueles que haviam saído da aldeia em busca de emprego. Sou neta de figura importante nas loas, entoação em versos que é muito comum no meu povo. Meu avô é ainda respeitado pelo conhecimento da tradição oral Xakriabá, em especial da linguagem cantada. Esta entoação eu trago na minha oralidade e no construir do meu pensar, e é assim que muito me apresento.

Nosso povo Xakriabá tem como referência o território nas margens do rio São Francisco. A identidade Xakriabá é

caracterizada pela mistura de diferentes elementos culturais. Esta identidade também se faz presente no nome “Xakriabá” que, segundo alguns mais velhos, significa “bom de remo”. Na época do contato com os não-índios, quando nosso povo percorria vários territórios – desde as margens do rio Tocantins até o São Francisco –, só conseguiam atravessar aqueles grandes rios os que eram “bons de remo”.

Atualmente, a nossa população é estimada em 11 mil índios, vivendo em 33 aldeias, liderados por quatro caciques. Cada aldeia tem a sua liderança que, juntamente com os caciques, é responsável pelos encaminhamentos das decisões políticas da coletividade. Hoje ocupamos apenas um terço do nosso território tradicional, com área demarcada e homologada de 54 mil hectares.

No ano de 1728, recebemos documento de doação, mas somente em 1988 aconteceu a homologação. Em 1979, na primeira demarcação, nosso território foi reduzido em 70%, nos limitando a um pequeno pedaço de chão. Eram 200 mil hectares no documento original, mas foi usurpado este direito do nosso povo tradicional.

Dia 12 de fevereiro ficou marcado na memória, dia de dor que levou a uma conquista, transformou a nossa história. No ano de 1987, morreu nosso líder guerreiro. Na aldeia sapé, foi morto por fazendeiro, de forma desumana pela força do dinheiro.

Nosso saudoso Rosalino, que morreu em nossa luta, nosso povo sempre lembra daqueles dias de conduta. Foram grandes lideranças que guardamos na memória, mesmo perdendo sua vida, protagonizou a nossa história.

Outro saudoso cacique, Manoel Gomes, conhecido por Sr. Rodrigo, nesta empreitada não teve medo do perigo. Pois assim se faz a luta, vai trilhando o caminho, uma grande liderança, nunca se sente sozinho.

Pra seguir firme na missão, tem a força dos encantos, que guarda de todos males, com a força de um canto. Na pisada firme dos nossos pés e na entoada do Maracá, vai marcando a resistência do povo Xakriabá.

A falta de espaço é um dos principais problemas enfrentados pelo povo. Segundo as lideranças, a falta de terras para desenvolver atividades físicas e culturais representa grande parte dos conflitos internos no território Xakriabá. Um levantamento realizado pelas lideranças Xakriabá concluiu que, dos 54 mil hectares, 20% são compostos por serras e morros, 40% são terras de tabuleiro de baixa fertilidade, utilizadas como área de preservação e extrativismo, 20% são locais de moradia e apenas 20% são utilizadas para o cultivo da agricultura e pecuária. O desafio é garantir a nossa sobrevivência em um espaço que não comporta a cultura e tradição do nosso povo.

Os saberes Xakriabá compartilhados entre gerações. Foto Edgar Corrêa Kanaykô



Apontamos aqui a significativa invasão dos nossos territórios e a diminuição dos recursos naturais. Atualmente, nosso povo está em processo de luta para reaver mais uma parcela do nosso território. Essa ação tem como ponto de partida a consciência do direito e da vulnerabilidade do povo Xakriabá no que se refere à garantia da sobrevivência física e cultural. As áreas reivindicadas atualmente somam um total de 43.357 hectares e se estendem até as margens do rio São Francisco. Até então, nos é negado até mesmo o direito de pescar e visitar o Velho Chico – espaço sagrado do nosso povo e que se encontra nas mãos de fazendeiros. O estudo antropológico de identificação das áreas reivindicadas já foi concluído juntamente com o levantamento fundiário. O território está na fase de processo administrativo na FUNAI e os indígenas Xakriabá lutam para garantir a demarcação efetiva.

Acompanhamos com preocupação a realidade vivenciada pelos nossos jovens. Nos últimos anos, observamos o grande índice de suicídio e a constante migração para outras regiões do país em busca de melhores condições de vida. Muitos jovens se tornam escravos nas usinas de cana de açúcar ou na colheita de café. O sonho de uma melhor condição de vida na maioria das vezes se transforma em pesadelo e sofrimento para toda a coletividade.

Essa situação interrompe um ciclo entre as nossas comunidades e a sua relação com a terra, cultura milenar que sempre garantiu harmonia, sustentabilidade e equilíbrio entre os nossos grupos. Temos clareza de que a cultura não é estática, mas compreendemos também que a relação com o sagrado precisa ser preservada. A nossa espiritualidade é o principal pilar de sustentabilidade do nosso povo: acesso a bens essenciais existentes no passado e que são fundamentais para a continuidade dessas relações.

Nós jovens somos vistos pelos nossos anciãos como o futuro ou as lideranças do amanhã. Já representamos esse papel de articuladores hoje: somos interlocutores e assumimos a responsabilidade na intervenção e na defesa de nossas comunidades. Temos sido incentivados pelos anciãos a buscar novos conhecimentos. Já percebemos a necessidade de compreender com mais clareza as investidas e as armadilhas causadas pelas constantes mudanças conjunturais na política brasileira, o que tem colocado em risco os nossos direitos e a nossa autonomia. Assistimos estarecidos à iminência do retrocesso nos direitos indígenas, com a ameaça de se transferir para o poder Legislativo a competência pelas demarcações dos territórios indígenas, nos colocando à mercê dos interesses das bancadas ruralistas.

É na diversidade do país que a cultura se expressa. Muita gente se pergunta: onde o Brasil começa? Será que é mesmo em Brasília? Onde impera o poder e a desigualdade social? Ou será que é no território do povo tradicional? A resposta é muito clara, mas é invisibilizado este povo guerreiro. Se não contribuimos para que o Brasil seja um país de primeiro mundo, do Brasil somos os primeiros. Não contribuimos desta forma onde a cultura é engolida e matada, onde o valor está no dinheiro – se não tem, não vale nada. Desconsiderando o conhecimento tradicional, estamos sendo sufocados pelo apocalipse do capital.

Hoje em dia ainda me lembro das parábolas de uma liderança, pois palavras como essas eu guardo como herança. Um certo dia lhe perguntaram como era a cerca, como era dividido o território de antigamente, pois as terras eram poucas e deram para muita gente. Ele logo respondeu: o território é cheio de ciência, o limite de uma terra está em nossa consciência.

Depois de 1987, com a construção do “novo Toré”, que reunifica o povo e articula as novas posturas de luta e resistência com enfoque na cultura e na afirmação identitária de reconquistas e retomadas territoriais, é que as iniciativas se reafirmam.

Inúmeras parcerias com ONGs, universidades e órgãos do governo nas esferas, municipal, estadual e federal fortalecem a consciência e o reconhecimento de unificação tanto dos Xakriabá, como de outros grupos étnicos. Os projetos políticos deram empoderamento ao povo Xakriabá, a partir da chegada de lideranças indígenas ao poder público.

Associações e conselhos foram desenvolvidos para articular as políticas internas e externas ao território. Uma constatação e reafirmação da vida em comunidade. Nesse processo, o nosso povo Xakriabá sentiu a imensa necessidade de retomar as práticas culturais de agricultura e da própria organização interna, que foi violentada no processo histórico.

Todos os dias o ser humano passa por caminhos em que se depara com várias coisas e diversas situações. Ainda que olhando para essa variedade de coisas, observa algumas. Outras simplesmente passam. Muitas vezes o entre aspas é invisível, oculto e não percebido. Nele, pode estar o que há de mais rico.

Esse pensamento me levou a refletir, vendo como grande exemplo a cultura de um povo que sofre com mudanças e vibra quando elas trazem vitórias. Algumas delas têm



Teatro Xakriabá, Ponto de Cultura LOAS Xakriabá. Aldeia Barro Preto. Foto Edgar Corrêa Kanaykô

como marca a identidade, como se estivessem tecendo rede, preenchendo os espaços do corpo e dando vida.

A essência de tudo está no que às vezes não se explica e nem todos compreendem. Está na espiritualidade de receber não apenas como dever. Assim vemos nas entrelinhas do saber: diante do “olhar”, onde muitos veem e poucos podem “enxergar”. Esse enxergar é tomar consciência, é ver além. Esmiuçar o que se passa, como ver o interior de alguém. Pois muitos falam, mas as raízes precisam se fincar, na vez de guerreiros: o povo que não se cansa de lutar.

O que comecei a descrever como oculto, para os que ainda não conseguiram enxergar, retirem a venda dos olhos e do escuro: estou falando de uma essência da cultura Xakriabá.

Diante do inusitado conhecimento, os saberes escondidos nos nossos mais velhos nos fazem compreender o sentido de algumas coisas invisíveis aos nossos olhares, mas que são compreendidas pelo nosso espírito. Caminhando juntos, numa mesma direção, relata partes de nossa pintura, identidade de reflexão.

Pois acreditamos que atrás do que vemos existe uma memória, que nem sempre é visível no olhar. Está do lado

de fora, mas também no penetrar. Aprendendo que a ciência do povo Xakriabá é como um banho no rio, nas águas correntes. Há aqueles que somente molham e se banham, mas há outros que sentem o banho no corpo e na alma.

Isto também faz parte da identidade: colocar sentimento no que se vê, mas também aumentar a capacidade do olhar. Nas palavras às vezes ocultas, nos valores Xakriabá, nas entrelinhas do saber, por aqui vou encerrar. Pois vivemos grandes buscas, sem deixar nossa cultura, não cansamos de lutar.

O NOVO MUNDO É OS GERAIS

baseadas na valorização sociocultural do cerrado, experiências de geração de renda dão o tom de uma nova relação com as espacialidades semeadas nos Gerais

POR HEBERT CANELA SALGADO E
CÁSSIO ALEXANDRE DA SILVA

Ainda há quem diga, neste início de século, que o sertão é lugar atrasado e que o “Cerrado em pé” não faz bem às noções de desenvolvimento até então projetadas. Nem todas as pessoas sabem, por exemplo, das múltiplas dimensões e importâncias das veredas e vales, dos rios, suas nascentes e barrancos, das chapadas, dos topos de morro e serras, das cavernas e florestas, da Caatinga, da Mata Seca, do Cerrado e da sociobiodiversidade que aí existe, tão expressiva quanto em outros biomas do país. Trata-se de um discurso cada vez mais vazio em uma sociedade disposta à evolução. A essência das relações sociais e culturais com a natureza é gradativamente reconhecida, transformando percepções colonizadas, despertando a curiosidade, a criatividade e a valorização de outras relações possíveis na produção do espaço que nos mostra os sentidos do existir. Nos sertões do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu isso não é diferente.

Formado por dezesseis áreas protegidas, o território apresenta uma área total de mais de 1 milhão de hectares. Anteriores ao seu território, destacam-se a Terra Indígena Xakriabá, comunidades quilombolas, como a de São Félix, populações extrativistas, projetos de assentamentos rurais, como o São Francisco, e áreas de produção agropecuária que se misturam a corredores ecológicos e diversas reservas legais averbadas. Em meio às áreas protegidas, localizam-se propriedades privadas, onde são desenvolvidas as atividades agropecuárias, voltadas para o agronegócio, como os monocultivos de eucalipto, grãos, café, capim para produção de sementes, exploração de madeira, criação extensiva de gado, silvicultura e agricultura familiar.

A liberdade para o exercício das expressões e visões de mundo no Mosaico marca a busca pela gestão participativa e integrada, traduzindo a possibilidade de aperfeiçoamen-



Mercado Municipal de Januária. Foto Maria Ribeiro

to dos mecanismos de governança a partir dos arranjos de seu Conselho Consultivo. É fato que, com a “chegada” dos territórios de conservação, é estabelecida uma nova condição das relações sociais nesses espaços. As comunidades, guardiãs das riquezas naturais de onde habitam, veem-se na condição, por vezes inoportuna, de compartilhar novos ordenamentos espaciais. Nesse caso, o Conselho Consultivo do Mosaico passa a representar o elo para a superação dicotômica entre governança e governabilidade no contexto da gestão compartilhada de espaços naturais.

No ano de 2008, foi publicado o Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista (DTBC), que chancela a construção coletiva do Mosaico por povos do Cerrado e da Caatinga no Norte de Minas e Sul da Bahia. Nele, foram apresentadas as peculiaridades regionais, aspectos físicos e humanos de onze municípios e suas diversas localidades, histórias, identidades e *coisificidades* do sertão e do ser sertanejo. Além disso, foram apontadas

também diretrizes para o desenvolvimento de três eixos: a gestão compartilhada das áreas protegidas, o extrativismo vegetal e o turismo ecocultural de base comunitária.

Toda essa potência evidenciada no Plano DTBC foi desenvolvida com o apoio do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, por meio de um convênio assinado em 2011. Desde então, turismo e extrativismo vêm produzindo, cada um a seu modo, um intenso fluxo de trabalhos, ações e práticas com foco na geração de renda para produtores locais e na valorização das tradições culturais e riquezas naturais.

Refletir sobre turismo, natureza e cultura a partir das questões aí envolvidas significa ir além da combinação tempo livre-lazer-ócio, conectando os entendimentos aos princípios do turismo comunitário, cuja centralidade está no protagonismo das pessoas, na importância das manifestações culturais, nos valores e modos de vida associativos.

De forma paralela e complementar, a lógica do extrativismo vegetal elabora um amplo conhecimento fitoterápico, do artesanato, da estética para um paisagismo sertanejo, dos manejos sustentáveis e da permacultura, dos sistemas agroflorestais, do controle biológico de pragas e doenças.

Entendimentos como a formação de redes, a conservação da agrossociobiodiversidade, a construção de políticas públicas participativas, o fortalecimento de alianças comunitárias e o desenvolvimento socioeconômico deram sentido às práticas e processos desenvolvidos. De um lado, o turismo comunitário é apresentado como estratégia de empoderamento das populações locais, tendo como objetivo a valorização das riquezas naturais e das tradições culturais por meio da gestão participativa e integrada. De outro, o projeto de Extrativismo Vegetal Sustentável consolida a proposta da gestão integrada a partir da geração de renda, da valorização dos modos de vida tradicionais e da agrobiodiversidade.

As experiências buscaram equilibrar a valorização da agrobiodiversidade e da diversidade sociocultural sertaneja, ambientadas nos modos de vida tradicionais do Cerrado a partir de ações ligadas a uma pedagogia para o turismo regional. Compreender a relação entre as formas, modos de vida, meios de viver no território do Mosaico e a promoção do turismo, com a valorização do extrativismo e da agroecologia para fins de produção, exige atenção ao

tratamento dado às comunidades como supostos *territórios da minoria* que questionam e colocam em suspensão certas exigências de uma *civilidade* espacial no lugar de suas existências sertanejas.

Vislumbra-se, no aperfeiçoamento do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, a possibilidade de um novo turista, um novo viajante que seja capaz de compreender todas as complexidades evidenciadas pelas experiências de quem vive o Cerrado com suas especificidades. A questão posta é: de um modo geral, o turista, invenção do século XIX, não é mais o viajante que busca na cultura a transformação. Isso não significa negar a existência de um novo turista, responsável e atento aos desafios coletivos da diversidade. O fato é que as viagens mudaram, em todos os rumos possíveis, e com elas mudaram também o turismo e os turistas. Se há um resgate pelos fundamentos mais verdadeiros que estão imbricados no seio da viagem, isso é possível perceber a partir das diversas experiências de turismo comunitário Brasil afora e dos viajantes que seguem fortes na trilha das experiências transformadoras.

No Mosaico, isso é perceptível por meio das ações de mobilização dos diversos grupos e da maneira como as conversas buscam o equilíbrio. Entre os projetos que valem a pena destacar estão: a proposta de criação da Estrada-Parque Guimarães Rosa, o diagnóstico do calendário de festas tradicionais da região, o diálogo do Mosaico com



Intercâmbio do projeto Turismo Ecocultural de Base Comunitária no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Instituto Rosa e Sertão. Foto Mariana Cabral

Produtos da Cooperativa Agroextrativista Sertão Veredas, Chapada Gaúcha – MG. Foto Maria Ribeiro



os Circuitos Turísticos regionais, a inauguração da Trilha do Mato Grande no Parque Nacional Grande Sertão Veredas, a formação de guias e condutores ambientais, o Encontro dos Povos do Grande Sertão, o Festival Sagarana, as edições do Jornal do Mosaico e a inauguração de seu portal virtual, os documentários e pesquisas acadêmicas que estão sendo produzidas sobre as comunidades locais, seus patrimônios materiais e imateriais, as ações da caminhada sócio-eco-literária “O Caminho do Sertão – de Sagarana ao Grande Sertão Veredas”, a conclusão da implantação de infraestrutura de visitação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, os estudos arqueológicos, paleontológicos, e espeleológicos, bem como o monitoramento científico sobre mamíferos de médio e grande porte e outros animais que no Mosaico vivem.

Nesse contexto de riqueza e efervescência sociocultural, foram desenvolvidas nos últimos anos ações relacionadas à alimentação e à hospedagem no turismo comunitário,

bem como a formação de condutores ambientais, o desenvolvimento de roteiros, assistência técnica e extensão rural, dotação de infraestrutura, educação ecocultural nas escolas, entre outras. Ainda, integraram-se ao Plano DTBC programas de prevenção e combate a incêndios florestais, programas de fiscalização, levantamento da situação fundiária do Mosaico e pesquisas científicas.

Importante destacar também o mapeamento e fortalecimento do artesanato e do extrativismo vegetal, a exemplo da Cooperativa Regional de Produtores Agrisilviextrativistas Sertão Veredas (COOP. Sertão) com aproximadamente 200 famílias associadas; da Cooperativa Agroextrativista em base de Agricultura Familiar Sustentável e Economia Solidária (COPABASE) com seus 150 agricultores familiares congregados; da Rede Central Veredas de Artesanato do Vale do Urucuia em seus nove núcleos de produção; da Associação de Bordadeiras e Artesãos Rurais da Serra das Araras; da Associação Amigos

de Areião e Adjacências de Januária; e da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Pandeiros Ltda. (Coopae), que reúne aproximadamente 30 famílias.

Dessas importantes redes de coleta, transporte, classificação, padronização, armazenamento, produção, beneficiamento e comercialização, ganham visibilidade e força a extração de polpas de frutos, sementes e especiarias do Cerrado como Araçá, Araticum, Buriti, Xiriri, Cagaíta, Caju, Cajuí, Coco Indaiá, Coquinho Azedo, Favela, Goiaba Jatobá, Manga, Mangaba, Maracujá, Pequi, Saputá, Tamarindo, Umbu; condimentos como mel, farinha de mandioca, óleo e farofa de pequi, castanhas de Baru, doce de Buriti, licor de Jenipapo, açúcar mascavo, cachaças, rapadura, fava d'anta, de onde se extrai a rutina, entre outros diversos vegetais com propriedades medicinais. Além de inúmeras expressões do artesanato como quadros, bordados, tapetes, mantas, xales, colchas, e caixinhas de buriti. A partir dessas redes, o Sertão está conhecendo o mundo, que por sua vez conhece o Sertão. Os arranjos produtivos já não se esgotam somente na região. Crescentes, as demandas se qualificam e os curiosos, desejosos e apreciadores da espacialidade sertaneja, buscam viajar por essas sertanias.

Trata-se de um momento especial, pois o primeiro trecho dessa importante travessia regional foi coletivamente construído e compartilhado. Chega o tempo de novas análises e contribuições para a consolidação do Mosaico. Com relação ao turismo, é importante dimensionar e monitorar os impactos de sua implantação para então se consolidar novas abordagens sobre essa atividade no Norte de Minas. Com relação ao extrativismo, é necessário analisar como as restrições de uso e acesso aos recursos naturais no contexto do Mosaico podem ser superadas.

Pensar a diversidade dos lugares de viver é fundamental na busca de um possível equilíbrio entre visitantes e visitados. Pensar turismo no território do Mosaico exige a superação da possibilidade de mediação que cerca a condição de turista, estabelecendo espaços de liberdade, reciprocidade, esperança e transformação por meio do contato e articulação direta entre visitantes e visitados. O real espaço da viagem deve ser o da experiência compartilhada e suas mágicas cotidianas. Nesse caso, o sucesso do encontro entre turismo e extrativismo demanda, também, um novo perfil de turista, cujos olhares estarão atentos a esse real espaço das travessias, que não está nem na saída, nem na chegada.

O tão desejado território do amanhã emana das relações e espacialidades produzidas no presente de nossa ligeira passagem. O reconhecimento da sociobiodiversidade existente no Mosaico SVP atualiza a potência transformadora dos processos de gestão integrada de áreas protegidas. Há, neste percurso, um intenso fluxo entre os limites do território e suas culturas, entre os conflitos do racismo ambiental e a construção dos processos de respeito às diferenças. A realização efetiva dessa estratégia no semiárido mineiro e no seu entorno, e os impressionantes desdobramentos emergentes, confirma o Sertão Gerais em mais uma perspectiva: como *locus* do novo mundo possível, um espaço de biocomplexidade territorial onde as diversas identidades sertanejas cuidadosamente se conectam às viagens contemporâneas e, estrategicamente, se movimentam pela consciência planetária.



Cerâmica das mulheres de Olaria, Candéal. Foto Maria Ribeiro

O CÉU SEM FIM

POR RODRIGO DIAS TARSIA

Era uma vez um menino de oito anos que saiu de Belo Horizonte com sua família para morar em uma cidade das Minas Gerais, assim como é chamado o norte do estado de Minas Gerais. Eram meados dos anos 50. Não havia televisão, computador, jogos eletrônicos, internet. Os jornais da capital chegavam no dia seguinte, depois de publicados. O rádio, ao sabor da inconstância das ondas curtas que sumiam e reapareciam, era o meio de contato mais rápido com o mundo.

Naquela época também não havia luz de mercúrio, nem painéis de publicidade iluminando a noite. A cidade era pequena, as ruas eram palidamente clareadas por lâmpadas incandescentes, cujos bocais eram encimados por uma espécie de disco que as protegia da chuva e, ao mesmo tempo, impediam que a iluminação fosse dirigida para cima.

Jantava-se entre seis e meia e sete horas da noite e, depois, a família sentava-se na porta da casa ou passava um tempo caminhando.

O clima, quente e seco, propiciava noites com céu cristalino, limpo de poeira e inteiramente coberto de estrelas. Isso logo chamou a atenção daquele menino, que aos poucos foi tomado pela beleza, mistério e imensidão daquele céu.

A família notara seu interesse e uma tia acabou por presentear-lhe com o livro *Os Mistérios do Firmamento*. O menino pôde, então, ver o céu além dos seus olhos. Lua, estrelas, planetas, nebulosas, galáxias, e todo um Universo começava a ser compreendido. E o menino descobriu maravilhas!

As estrelas, em seu passeio anual pela esfera celeste, nascem cada dia quatro minutos mais cedo que no dia anterior. Por causa disso, o céu se modifica lentamente ao longo do ano, produzindo uma mudança de cenário que

não o deixa monótono. Além das estrelas mais brilhantes, as grandes atrações são as constelações, que podem ser identificadas a olho nu. Com as histórias de suas origens na mitologia grega, elas abrem um outro universo para nós, aquele das crenças de nossos antepassados distantes.

No verão, as constelações que se destacam são: Órion (com as Três Marias), Touro (com seu chifre bem nítido perto do Órion), Gêmeos e Cão Maior (com Sirius, a estrela mais brilhante do céu). No outono, Cruzeiro do Sul, Centauro, Leão (que pode ser identificado por sua cabeça na forma de um gancho) e Virgem são as grandes atrações do céu! No inverno, as mais impressionantes são Escorpião, Sagitário e Hércules. Finalmente, na primavera, Lira, Cisne e Águia tomam conta da paisagem.

O grande espetáculo acontece em julho-agosto, quando a Via Láctea, disco da nossa galáxia, passa quase no zênite do sertão, o ponto mais elevado da abóbada celeste. Longe da iluminação artificial, podemos ver o chão iluminado pelas estrelas desse caminho celestial. Em um número tão grande que é impossível separar umas das outras, as estrelas formam nuvens brilhantes, cortadas por regiões escuras, de formas as mais variadas, oferecendo uma visão grandiosa de uma pequena parte de nossa casa no Universo.

Quando a Lua está na sua fase minguante ou no início da crescente, alguns objetos menos brilhantes podem ser distinguidos pelos nossos olhos: em Órion, fica a chamada Grande Nebulosa, formando a ponta da espada do caçador. Entre o Touro e Gêmeos, as Plêiades (aglomerado de estrelas que, à primeira vista parece uma bola de algodão) são bastante características nas noites de verão. Há também as galáxias vizinhas da nossa – a Grande e a Pequena Nuvem de Magalhães – perto do polo Sul celeste, visíveis na primavera. As galáxias de Andrômeda e a do Triângulo, manchas tênues que escondem outros pequenos universos semelhantes ao nosso, podem ser vistas em outubro-novembro.

Sempre presentes ao longo de quase todo o ano, os aglomerados de estrelas, como caixas de diamantes brilhando intensamente, são talvez os objetos mais belos e diversificados que podemos admirar. Em geral eles se encontram próximo às chamadas “nebulosas”, regiões de gás com formas delicadas, iluminadas pelas estrelas desses aglomerados, e berçário delas.

Já a Lua, com sua inconstância quase mensal, oferece sempre algo mais a ser descoberto com um binóculo ou telescópio, mesmo pequeno. Vales, mares de lava resfriada durante bilhões de anos, montanhas, falhas geológicas e crateras sempre têm algum aspecto novo para nos mostrar. No sertão, a atmosfera limpa e a escuridão do céu permitem contrastes visuais impressionantes.

Não há, oh, gente, oh não, luar como este do Sertão.

O que dizer, então, dos planetas? Embora melhor vistos com telescópios, que desvendam mais detalhes, com binóculos podemos ver muitas coisas interessantes. Mirando o disco de Júpiter, é possível observar o séquito dos seus quatro maiores satélites, ou luas, dançando ao redor do planeta, ora visíveis, ora escondidos atrás dele. Com telescópio, é possível identificar sua grande mancha vermelha, maior que a Terra, algumas vezes mais rosada, outras vezes mais vermelha, sempre diferente.

Saturno é um espetáculo a parte por causa de seus anéis. Mesmo sendo possível enxergá-los somente com telescó-

pios, podemos acompanhar seu deslocamento no céu a olho nu. Marte, quando próximo da Terra, deixa ver suas calotas polares brancas e algumas manchas em sua superfície; às vezes, tempestades tornam o disco do planeta pálido. Vênus, ora estrela matutina, ora vespertina, é um farol no céu. Com um binóculo, já é possível ver que, tal como a Lua, o planeta apresenta fases.

No sertão, além da ausência de luz e da claridade do céu, a geografia é amiga de quem olha para o alto e busca admirar as estrelas. Os chapadões, planos, ampliam o horizonte e parecem trazer o céu para mais perto de nossos olhos.

Tal como o menino de antes – hoje com seus setenta anos e astrônomo profissional –, é preciso ver o céu com os olhos da mente e do coração. A exata dimensão do Universo que nos cerca ainda é carregada de mistérios e de perguntas que os cientistas e nós continuamos a fazer.

Dica: embora haja muitos softwares gratuitos à disposição, a melhor maneira de se iniciar no tema é por meio de cartas celestes. Para quem deseja obter uma gratuitamente, basta visitar o site:

http://profmarcostm.blogspot.com.br/p/cartas-celestes-mes-mes_30.html

Foto Matheus Loureiro





O QUE FAZ DO SERTÃO SER TÃO

POR JOÃO PAULO CUNHA

Há experiências que parecem incomunicáveis. Mergulhos no mistério. E há outras vivências ainda mais absconditas, que são facilmente compreendidas quando ficam aquém das palavras, numa cumplicidade feita de silêncios. O mais fundo do ser é um mar de sentidos comuns.

A compaixão, no campo da existência moral, é um exemplo dessa forma de partilha definidora do nosso índice de humanidade. Não sofremos a dor do outro, mas é por meio dela que damos conta de que somos feitos do mesmo barro. Não há o eu sem o outro.

A sensação que vivemos um tempo próprio é também consequência dessa incansável busca de pertencimento. Queremos habitar a mesma linguagem, dividir o mesmo sentimento e, ancorados no momento, retirar do instante um sentimento de eternidade.

Com o espaço ocorre algo semelhante. Não sabemos bem por quê, mas há um lugar natural, uma sensação de continuidade com a matéria que nos ata ao chão e nos impulsiona a perseguir outros lugares igualmente naturais, mesmo que jamais cheguemos a pôr neles os pés. Os caminhos da errância.

Para muitas pessoas, o sertão é esse lugar. Mas, possivelmente, em sua abrangência de sentidos, ele se apresenta com uma universalidade muito maior, dominadora, definitiva. O sertão não é apenas espaço, é também tempo, palavra, sentimento. O sertão é o mundo.

Todas essas possíveis veredas nos obrigam a se ter muito cuidado. Cada dimensão do ser do sertão é exigente de

atenção, estudo, cismas. Há a terra, os rios e as gentes. Os ofícios e modos de viver. Um mundo que se mede por fora, em divisas e fronteiras; um universo que se mostra por dentro, como quem desvela um significado apenas pressentido.

Não bastasse a força viva e o cosmos que se expressa no caos da multiplicidade, o sertão é ainda poesia, palavra numinosa, capaz de revelar o indizível em suas camadas de poesia, que vão sendo retiradas de seu silêncio original. O sertão é fonte permanente de revelação, de desvelamento de tudo que foi sendo soterrado pela ação dos homens e das eras. Uma memória que produz o novo. A lembrança do que ainda não foi.

E é tateando, com a calma dos caminhantes e a surpresa infantil das pequenas descobertas, que se pode ir sertão a dentro. Cada traço físico ajuda a compreender um jeito humano de ser. A terra não é cenário para ações, é uma espécie de contingência, um arcabouço de sentido que ao mesmo tempo explica e condiciona; ajuda a entender e dispõe novos motivos. O homem e o sertão não se separam um do outro.

Por fim, antes de empreender a caminhada por terras e águas, é sempre bom lembrar que o sertão se tornou um universo único pelas graças da arte poética de Guimarães Rosa. Se em tudo nosso tempo tem o consolo da ciência como palavra final, quando se figura o sertão, o comando vem pela palavra poética. O escritor realizou o projeto heideggeriano de recuperação do *logos* sem passar pelo estágio adoecido da razão instrumental. Uma filosofia poética.



Foto Hugo Messina

Desafio

Na história brasileira, o sertão tem um lugar destacado. De certa maneira, ele sempre se apresentou como um problema, uma escala da preocupação que abrange tanto o pensamento social como o imaginário nacional. Esse interesse se manifesta por meio dos mais diferentes testemunhos e expressões, dos relatos de viajantes à literatura, compondo um perfil que vai do mito à história.

Ricardo Ferreira Ribeiro, no livro *As florestas anãs – O cerrado na história de Minas Gerais* (Editora Autêntica, 2005), descreve o permanente desafio da região. “Dos primeiros cronistas coloniais, passando pelos relatos e documentos do bandeirantismo e da expansão pecuária no interior, alcançando as notícias das descobertas minerais, se fixando com as narrativas dos viajantes estrangeiros, se consolidando na literatura e na historiografia na virada para o século XX, nele se perpetuando, até se consagrar em preto e branco no cinema, ou a cores na televisão.”

Nessa trajetória, quase como uma força que freia o progresso simbolizado pela civilização do litoral, o sertão se estabelece por muito tempo como uma espécie de espelho invertido, que amplia pela negatividade os índices convencionais do desenvolvimento. De certa forma, o sertão poderia ser visto ao mesmo tempo como resquício a ser superado e memória a ser preservada.

Se o sertão se define como periferia de um sistema que tem o centro cravado no progresso, culturalmente ele carregaria valores que consagram sua universalidade. Quando se fala em sertão, como se registra em várias crônicas de viajantes, algo se aponta sempre adiante. O sertão se desdobra, se anuncia. Está sempre a ser atravessado na próxima légua, na travessia do rio adiante, nos passos que vencem o liso.

Mais que sertão, há um Brasil sertanejo. Uma região que só se compreende a partir de sua dinâmica econômica, social, cultural e de crenças. Em *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil* (Companhia das Letras, 1995), Darcy Ribeiro divide em cinco os Brasis na história: o Brasil crioulo, o Brasil caboclo, o Brasil sertanejo, o Brasil caipira e os Brasis sulinos: gaúchos, matutos e gringos.

O antropólogo se aproxima do sertão num sobrevoo naturalista, apontando a topografia, a distribuição da vegetação, a qualidade das terras e os diferentes cursos d’água que compõem o cenário que se abre a seu engenho de roman-

cista e pintor de paisagens com palavras. Nesse “vastíssimo mediterrâneo de vegetação rala, confinado de um lado pela floresta da costa atlântica, do outro pela floresta amazônica e fechado ao sul por zonas de matas e campinas naturais”, Darcy concentra seu olhar curioso e informado na vegetação, que ganha antropomorfismos naturais, com seus “arbustos enfezados”.

O Brasil sertanejo de Darcy Ribeiro, no entanto, não se compõe apenas de terra, plantas e águas, sendo cenário histórico de várias formas de ocupações econômicas, em diálogo com as circunstâncias da natureza. Descreve as formas de associação e contraste entre a economia pastoril e a produção açucareira, apresenta e civilização do couro, a riqueza da cultura popular, estruturação do poder e modo de crer e brincar. Recorda as inclemências do clima, a miscigenação, as formas de sociabilidade. Não esquece o destino de criatórios de gente, que abandonam a região nas secas para formar contingentes de mão de obra barata em outras regiões do país.

O cientista social e escritor também usa de sua experiência política para explicar a indústria da seca, “facilmente simulável numa enorme área de baixa pluviosidade natural, quando para isso se associam os políticos que dessa forma encontram modos de servir sua clientela, os negociantes e empreiteiros de obras que passam a viver e a enriquecer da aplicação de fundos públicos de socorro.”

O Brasil sertanejo se mostra ainda diverso em suas vastidões, com diferentes arranjos de poder, exploração econômica variada, tipos de gado, extração mineral e comércios. Aflora uma religiosidade singela, “tendente ao messianismo fanático”, formas anômicas de conduta e histórias sempre presentes de banditismo, violência e cangaço. Um território de despotismo latifundiário e de ações de resistência das ligas camponesas. Uma região que vê chegar a mecanização da lavoura e a correção do solo como instrumento de mais concentração e exclusão de seus benefícios para a massa humana do sertão.

O sertão de Darcy Ribeiro é tão real quanto violento. Em seu romance *O mulo*, estamos distantes de qualquer amenização do destino de uma região forjada por gente capaz de abrir fronteiras, cercar terras alheias e ser dono de gado e gente. O homem desbravador do sertão mineiro e goiano não conheceu outro destino. Há uma homologia entre o poder material e a opressão psicológica. Desmando e violência. O senhor tolere, lembraria Rosa, isso é o sertão.

Poesia

O que faz o sertão ser tão? Essa talvez seja a pergunta que mais atormente quem um dia se reconheceu sertanejo. Não por ter nascido na pátria física, mas por carregar um sentimento pessoal, uma certeza de origem. O sertão tem suas exigências de filiação e assentimento, um passaporte moral.

Os sertanejos, de Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, Ariano Suassuna e Elomar têm um sentido peculiar de absoluto. Não se trata de carregar superioridade ou crença de mais valor. Há uma seriedade em seus desígnios, uma carga metafísica de responsabilidade com a vida em cada um de seus momentos. Para o homem do sertão, o universal se realiza a cada segundo, nas coisas mais comezinhas.

São atitudes bem medidas que confirmam o destino sertanejo. O sentimento trágico da existência, o humor puro do amarelinho, a musicalidade que busca uma nota que não existe, sempre acima da melodia. Há algo que não se escuta na música do sertão. A religiosidade sem intermediários e incapaz de ser derrotada pelo teste da realidade: cada seca é a confirmação da graça de um Deus que tem o dom, na hora exata, de mandar a chuva necessária.

As artes do sertão se parecem, ao seu feitio sublime e singelo, uma recuperação em outra escala, do livro do Gênesis. São muitas coisas a serem feitas, muita belezas a se

figurar, uma pletora imensa de maravilhas para dar à luz. No entanto, os dias são poucos, os detalhes não podem aspirar a exatidão, outras tarefas já aguardam o regime do sol e da lua. O artista faz um mundo com o barro. Como Deus fez com sua mais perfeita criação.

Quem chegou a uma casa na região e foi recebido com hospitalidade sabe o que isso significa. Nosso tempo, com sua vocação para classificar e diferenciar tudo, elegeu a tolerância como virtude suprema. No entanto a tolerância, muitas vezes, é autoritária e hierárquica. Ele diz: eu te aceito, com seus erros. O que me torna ainda melhor e ao outro ainda mais devedor. A hospitalidade tem outra medida: somos todos um, mas nunca somos o mesmo.

Parido numa civilização da desigualdade e violência, o sertanejo precisou inventar uma metafísica da igualdade do mais que humano em nós. Por isso, os jagunços de Rosa falam como personagens de Dostoiévsky e Dante.

O que faz o sertão ser tão é talvez a ausência de mediação. O ir direto às coisas mesmas. O sertão é uma das formas do ser, um caminho que a filosofia perdeu em algum momento, que a ciência buscou recuperar com suas certezas substituíveis a cada geração e que fulgura para alegrar a existência na verdadeira poesia, que por vezes nos visita para lembrar nossa origem comum.

O sertão é essa poesia. Sertão. Ser tão. Ser.

Foto Mariana Cabral



CULTURA ALIMENTAR

Leite de xiriri

Aqui tem muito xiriri, né? Esses brejos aqui são cheios, é um buritizinho. Eles caem, ou vão com um pau e batem na época que eles estão caindo, né? Eles caem bastante! Eles começaram a cair, você pode derrubar do cacho que não tem problema pra planta, ela vai continuar produzindo. Os outros buritis não, eles estão verdes e não amolecem. Já o xiriri não. Começou a cair, vai com uma vara comprida e bate, os pezinhos são baixos, aí cai bastante, assim.

Apanha, lava bem lavadinho, coloca numa vasilha e enche de água. Pouco tempo, 2 horas na água morna, aí já começa a soltar. Aí solta a escaminha, aquela casquinha que ele tem, né? E amassa. Aqui na roça nem usa luva, uns enfiam a colher e vão batendo, outros vão com a mão mesmo, lava a mão bem lavadinha e vai mexendo, mexendo, até que tira tudo, aquela massa, fica tipo um suco branco, o leite mesmo. Aí coa numa peneirinha fina e usa. Uns tomam com açúcar, que nem suco, é uma delícia com um pouquinho de doce. Pode pôr pra gelar, outros tomam que nem leite, põem farinha.

Esse leite de xiriri foi na época que a dificuldade era demais, eles tiravam e usavam como leite mesmo, de manhã cedo, pr'as crianças tomarem café, já faziam natural, ninguém tinha geladeira naquela época, né? Adoçava com rapadura e cada menino, com um copo com farinha, tomava o café.

Aí chama leite de xiriri.

Agora tá na época deles, os pés estão carregados, mas estão verdes, tem que esperar começar a cair, a hora que começar a cair do pé, aí pode derrubar os que estão maduros. Bate com uma vara, os verdes não caem, não. Aqui nos Buracos, nos vãos aí pra cima, tem demais. É um pezinho igual um buriti, porém pequeno, e as frutinhas bem pequenininhas, igual buriti mesmo.

Tem uma feirinha na Chapada e muita gente leva porque o pessoal da Chapada já conhece, gosta, usa como suco, faz ele e põe na geladeira. Nossa, é uma delícia!



Receita fornecida por Dona Alice, comunidade de Buracos/Grande Sertão.

CAMINHOS DO SERTÃO

POR JULIANA AFONSO

Tentava entender – para além da narrativa – de onde viria isso que transforma, isso que faz as pessoas suspirarem quando falam do sertão, que faz mudar o rumo dos próprios pensamentos após os dias de caminhada.

DIA 2: DE SAGARANA A MORRINHOS – 31 QUILOMETROS

Eram 4h da manhã e vivemos um ritual que se repetiria ao longo dos dias: comida, alongamento e avisos. Comecei em silêncio, no “primeiro pelotão”. Foi a única vez que forcei o ritmo – até por não conhecê-lo muito bem. Três horas depois paramos para beber e comer. Duas horas mais tarde paramos de novo. Duas horas depois, paramos também. Dessa vez o carro de apoio chegou com uma caixa de geladinho. Achei aquilo surreal. Percebi que a caminhada envolvia esforço e desfrute. Senti uma enorme gratidão por toda a equipe. Dali em diante, parei de controlar minhas passadas e deixei meu corpo e minhas sensações serem os verdadeiros guias. A caminhada ganhou outro ritmo e passei a cruzar as pessoas e aproveitar melhor as conversas. Na chegada, os ex-caminhantes nos esperavam com um balde de água do rio Urucuia, jogado na nossa cabeça como um ritual de batismo, uma iniciação. Recebi minha baldada com um sorriso no rosto. Vi o rio Urucuia mais a frente e hesitei por um momento, mas ignorei as ressalvas e entrei de roupa e tudo em suas águas verdes. Atravessamos o rio de balsa para chegar ao primeiro pouso. Montamos as barracas e jantamos. O corpo esfriou e as dores começaram. A noite seria de fogueira e apresentações. Caí no sono.

DIA 3: DE MORRINHOS A VILA BOM JESUS – 42 QUILOMETROS

Acordei sorrindo ao som de uma linda música, voz e violão. Demorei um pouco pra raciocinar sobre o que estava acontecendo. Olhei o relógio. 4h30 da manhã. Arrumamos barracas e malas no escuro. Saímos do acampamento junto com o sol. No início, passamos por plantações enormes, com maquinários pesados que jorravam água e mais

água para todos os lados em um sertão que sofre de sede. As dores do dia anterior voltaram com o tempo. Na metade do caminho, parte do grupo já tinha entrado na kombi ou subido na moto em algum trecho. Eu relutava. Estava sozinha, concentrada, testando técnicas de respiração. Sentei no chão. Algumas pessoas passaram por mim. “Sim, estou bem, só descansando”. Meu pé latejava. Um dos caminhantes chegou mais perto. Empunhou o pife e tocou um forró lindo de se ouvir. Sem falar nada, estendeu-me a mão. Levantei. Nos abraçamos e seguimos. Encontramos cinco companheiros logo a frente. Um deles chegou naquele dia e, pela manhã, zombava das nossas dores. Naquele momento estávamos juntos, gemendo de dor. Foi o percurso mais sofrido e, ao mesmo tempo, mais engraçado. Alternamos gritos de dor e gargalhadas, perguntas de “quanto falta?” e tentativas infrutíferas de mudar de assunto. Tivemos alucinações: vimos o céu girar e poças d’água surgirem na terra batida. Gargalhamos de novo. Quando chegamos, fomos direto para um colchão e dormimos apoiados uns nos outros, como filhotes aninhados. Acordamos dez da noite, juntamos força – um analgésico – e fomos pra rua. Quase não acreditei quando me vi dançando forró depois de andar 42 quilômetros. Mas foi irresistível. Vivi aquela satisfação de quem sente que está no lugar certo, na hora certa. Aprendemos a cantar o refrão de “peru da bananeira” enquanto sertanejos e alguns caminhantes se arriscavam nos versinhos. Fui dormir sorrindo, às duas da manhã.

DIA 4: DE VILA BOM JESUS A FAZENDA MENINO – 19 QUILOMETROS

O dia seria tranquilo, para compensar o anterior. Meus pés ainda doíam muito. Por sorte, em três horas chegamos a uma linda cachoeira, com quedas pequenas e uma piscina natural. Aquele cenário celebrou a percepção de que o sertão é farto, mas é desconfiado, como são os filhos da sua terra. Água, flor, fruto, fauna, tudo tem, mas é preciso calma para desvendar os seus segredos. Foi uma tarde feliz, cachoeira, churrasco, forró e samba. Antes de ir embora, alguns caminhantes aproveitaram o suco de tamarindo que sobrou no almoço e misturaram à cachaça. “É o único jeito de continuar sem sentir dor”. Partimos às 3h da tarde e seguimos sem pressa até o casarão da Fazenda Menino. No quintal, dona Geralda nos esperava, ajeitando os cabelos brancos e crespos em um rabo de cavalo, com o bom humor de quem gosta de ver a casa cheia. À noite nos reu-

nimos para ouvir a história da Fazenda Menino. Na década de 1950, o local foi comprado pelo alemão Max Herman, que passou a reunir ali figuras importantes como Leonel Brizola, João Goulart e Oscar Niemeyer. Geralda chegou em 1968 e, durante a Ditadura Militar, teve de aguentar as “visitas” frequentes de militares: interrogatórios, abusos e ameaças de morte em troca de informações sobre o comunista. A história seguiu, mas meu cansaço chegou cedo, mesmo no dia mais tranquilo da caminhada.

DIA 5: DE FAZENDA MENINO A CÓRREGO GARIMPEIRO – 24 QUILOMETROS

A partir dali, incluímos no ritual da manhã uma fila de caminhantes atrás do Bergues, que cuidava dos machucados como ninguém. Surgiu uma bolha no meu mindinho e eu quase não conseguia pisar no chão, mas deixei a fila para trás. Passei 13 km sentindo meu dedo a cada passada.

Foto Carolina Kina



Chegar à vereda foi o melhor remédio. Aquele lugar era um oásis no sertão. A areia branca abria caminho a um rio de correnteza tímida, com águas transparentes, e os buritis faziam uma sombra refrescante. Seguimos por mais algumas horas e chegamos na casa de dona Maria. Aquele era um pouso especial. Sem vizinhos, luz ou água encanada. Estávamos no meio do nada e, ao mesmo tempo, era como se estivéssemos no centro do mundo. O banho? Em outra vereda, no fundo do quintal. Depois do almoço tardio, um cochilo. Logo o pife começou a soar. Chegou outro, e pandeiro, e zabumba, e mais pandeiro, e então éramos dezenas, entre caminhantes e sertanejos, tocando forró e dançando quadrilha, já no início da noite. A festa espontânea foi interrompida quando anunciaram que o caldo estava na mesa. Ao redor da fogueira, com cumbucas na mão, alguns falaram sobre a conexão com seus ancestrais. Outros sobre os mitos da história – nem sempre oficial – do nosso país. Muitas falaram sobre a força das mulheres do sertão. Um grupo pequeno driblou o sono para tocar uma viola. Eu sempre me deparava com a difícil escolha de ir dormir ou ficar acordada. Nessa noite, o céu estrelado escolheu por mim.

DIA 6: DE CÓRREGO GARIMPEIRO A RIBEIRÃO DE AREIA – 26 QUILOMETROS

Acordamos e fazia frio. Meu mindinho doía muito. Acabei na fila dos caminhantes a espera de cuidado e ganhei um curativo poderoso. Foi um dia de muitas paradas e uma sensação constante de baixo rendimento. Outros dois caminhantes e eu pegamos uma carona rápida (e divertida) em um trator. Por um problema de logística, a comida foi para outro lugar. Foi difícil seguir com fome, mas importante entender que o sertão pode pregar suas peças. Seguimos caminho e chegamos a um rio de águas claras que corriam em cima da terra marrom. 85% dos caminhantes eram mulheres e, naquele rio, nos juntamos para falar sobre corpo, cabelos, pelos, beleza e força. Logo depois fomos para o mirante que traria uma das paisagens mais lindas de todo trajeto. Uma planície enorme salpicada de árvores de todas as tonalidades de verde. Ao longe, um caminho de buritis, que fazia curva com as curvas da água. Parecia o mapa do livro *Grande Sertão: Veredas*, aquele, tatuado no braço. Chegamos à noite, passando por pontes estreitas e curvas fáceis de se perder. No pouso, moradores nos esperavam para fazer a festa, mas ainda era preciso comer e tomar banho, missão que se estendeu por horas, por causa da fila do banheiro.

Passei na fogueira no fim da noite, acostumada a aquecer os pés no fogo antes de dormir.

DIA 7: DE RIBEIRÃO DE AREIA A CHAPADA GAÚCHA – 28 QUILOMETROS

Todos os dias, antes de começar a andar, recebíamos dos ex-caminhantes uma folha com alguns dizeres sobre o dia. “O tempo do Sertão muda o entender das coisas.” Chorei. Era o último trecho. Demos as mãos e cantamos juntos a canção que nos acordava. *Amanhecer*, Rubinho do Vale. Escolhi estar sozinha nos primeiros quilômetros. Depois da primeira parada, começamos a travessia do Vão dos Buracos. Durante a descida passamos por mirantes, cursos d’água, corredores estreitos. No chão, uma areia muito fina, colorida, rosa, laranja, amarela, até se transformar em um dourado intenso. Um caminho de ouro, lindo de se ver. No fundo do vale, vivi a sensação de estar em uma paisagem intocada, meio *Parque dos Dinossauros*. O rio Pardo corria devagar. Os buritis ali, sempre a seguir a água, com seu tronco alto e suas folhas arqueadas. No sertão, vereda é rainha, buriti é rei. No caminho, seu Argemiro repetia o cantar dos pássaros e “tatuava” nosso braço com o contorno de uma folha que soltava tinta quando pressionada ao corpo. Depois de um almoço com direito a cochilo, garapa e rapadura, começamos a subir o Vão. As cores da areia faziam a festa embaixo dos nossos pés. Ao reler os dizeres desse dia, entendo melhor as palavras escolhidas. “As cores brincam e trocam de lugar, sozinhas. A magia da travessia. Eu vi como era feliz estar aí no meio do nada. Memória boa, Sertão guarda”. Apelidamos a reta final de “reta da morte”, ansiosos pela chegada que não chegava nunca. Brincamos e cantamos, sem parar, para passar o tempo. Todos foram recebidos com gritos e aplausos ao pisar no asfalto de Chapada Gaúcha. Entramos juntos no pavilhão do Encontro dos Povos do Sertão, evento que celebra os saberes e fazeres do povo sertanejo. Enfim, chegamos! 170 quilômetros. A pé (e uma caroninha no trator).

DIA 8: 0 QUILOMETRO

Acordar tarde e calçar os chinelos. Há quanto tempo! Foi dia de andar devagar e tomar café da manhã na feirinha. Biju e biscoito quebra-quebra. Mais tarde, no Encontro dos Povos, aconteceu uma mesa sobre Turismo de Base Comunitária. Um dos responsáveis pela criação do Caminho do Sertão, Almir Paraca, contou um pouco da história do projeto, que parte do entendimento de que

para preservar é preciso conhecer. Algumas pessoas se arrumaram para caminhar com os guias até o mirante do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Eu preferi dar uma volta. A noite foi de apresentações de folias, rodas, Manzuá e marujada. No show das Diadorinas, dançamos coco até suar a camisa.

A caminhada terminou na manhã seguinte, depois de uma conversa emocionada entre os caminhantes. Já o texto, termina incompleto, certa de não conseguir explicar o que precisa ser sentido. “Aquele travessia durou só um instantezinho enorme.” Guimarães não podia estar mais certo. De novo.

Grupo de caminhantes do Caminho do Sertão 2016. Foto Alexandre Guzansh



CONFLITO E COMUNHÃO

o período de estiagem trouxe uma série de transtornos para a bacia do rio São Francisco – e a chance de repensar os usos das suas águas

POR JULIANA AFONSO

Sentadas em canoas de madeira, paradas na beirada do rio, duas mulheres jogam seus anzóis nas águas do São Francisco. O clima é de concentração. Um quase silêncio e muito milho, para atrair os peixes. A maior parte é Piau três pintas. “Quando a puxada é grande meu coração começa a disparar”, fala Rejiane Evangelista, 30 anos, que diz não ter prazer maior que comer o peixe que ela mesma pescou.

Das águas amarronzadas do São Francisco saem os peixes que enchem os pratos das famílias nas cidades ribeirinhas. Sua água abastece a população em Itacarambi, gera energia elétrica em Paulo Afonso, irriga as plantações em Arapiraca. Lava as roupas de cama das senhoras em Quixabá e transporta as crianças para a escola em Morro da Garça, em um gracioso barquinho amarelo, estampado “escolar”. Em Petrolina, sua água é usada para molhar o cruzeiro da igreja por aqueles que têm fé, em rituais que misturam música e oração. Sua água é o meio de vida da população. Sua correnteza embala a identidade de um povo.

Com 2.830 quilômetros de extensão, o rio da integração nacional banha 5 estados brasileiros (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe), e garante a sobrevivência de plantas, animais e seres humanos, abastecendo grandes cidades e pequenas vilas, aldeias e quilombos. Por oferecer condições de navegabilidade em grande parte do seu trecho, foi via de comércio e desenvolvimento da região, com a passagem de barcos de pequeno, médio e grande porte.

Além disso, é inspiração para canções, cenário de livros e filmes, estímulo para artistas e artesãos. “A história do São Francisco se confunde com a história do Brasil e isso leva as pessoas a terem uma ligação sentimental com o rio, além de ele ser o fator fundamental da sua existência. Um rio diz respeito ao que há de mais íntimo nas populações ribeirinhas”, opina o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, Anivaldo Miranda.

As primeiras queixas com relação ao rio vieram com a inauguração da barragem de Sobradinho, em 1979. Os pescadores começaram a observar alterações no fluxo da água e diminuição da quantidade de peixes. Com isso, surgiu o primeiro movimento organizado para pensar a sua preservação: a Associação Prá Barca Andar, que realizou uma viagem de barco de Pirapora (MG) a Xique-Xique (BA) com o objetivo de ouvir os ribeirinhos.

O principal motivo para a instalação de barragens no Velho Chico foi a retenção de água para geração de energia. Atualmente, o rio São Francisco tem sete hidrelétricas com capacidade de 10.356 MW – o que corresponde a 17% da capacidade instalada no país e 98% da região Nordeste.

As barragens, porém, colocam obstáculos à piracema, quando diversas espécies sobem o rio para se reproduzir, e à manutenção das lagoas marginais, verdadeiros berçários para animais e plantas aquáticas. “Com as barragens, o rio passa a ser gerido em função dos seus usos. A vazão nos reservatórios diminui ou aumenta em função da

produção da energia”, explica o integrante da Articulação Popular pela Revitalização da Bacia do São Francisco, Ruben Siqueira, da coordenação nacional das Comissões Pastorais da Terra.

Para o especialista em recursos hídricos, Patrick Thomas, superintendente adjunto de regulação da Agência Nacional de Águas (ANA), é mito dizer que as barragens acabam com o rio. “Na verdade é o contrário. A barragem é como uma caixa d’água que acumula água durante o período chuvoso e libera durante a estiagem. Se não fosse a barragem de Sobradinho, o São Francisco estaria em uma situação pior”, acredita.

A questão também afeta os afluentes do Velho Chico, como é o caso do Carinhanha, um dos únicos rios da margem esquerda que ainda não possui barramentos. Ali está em fase de estudo o licenciamento de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs): Caiçara, Gavião e Catumbi, que afetariam diretamente o ecossistema local. “Por não ter barragens e manter boa parte das margens preservadas, o rio ainda tem muita água e uma fauna muito rica.

Embarcação do rio São Francisco: travessia. Foto André Fossati



Ele é um repositório de peixes do São Francisco”, explica o gestor do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Luis Sérgio Martins. Em junho de 2013, a população impediu que fosse realizada uma audiência pública em Côcos, na Bahia, para discutir as PCHs. Também houve um posicionamento do Conselho do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu contra os empreendimentos. Atualmente, eles estão suspensos.

Outra questão que dificulta a manutenção da vida aquática é a pesca predatória. No rio São Francisco, é proibido usar malha fina, um tipo de rede com buracos bem pequenos que impedem os filhotes de escapar. Com a diminuição da quantidade de peixes adultos, porém, os pescadores vêm realizando esse tipo de prática com mais frequência.

Após o início do processo de geração de energia elétrica, a bacia do rio São Francisco passou a ser ocupada para diversos usos. Há décadas que o Cerrado sofre com práticas agrícolas equivocadas que geram erosão, perda de solo e poluição por uso excessivo de agrotóxicos. A intensificação do agronegócio no período da ditadura militar marcou a superutilização dos recursos da bacia, principalmente água

e solo. “70% da água do São Francisco vem do cerrado mineiro. Se tornou altamente produtivo do ponto de vista do capital esse tipo de agricultura. Hoje você vê os chapadões do cerrado, local de nascentes, totalmente devastados”, conta Ruben Siqueira, que associa a rápida queda nos níveis dos afluentes e a intensificação do assoreamento dos rios a essas novas formas de trato da terra, orientadas exclusivamente à satisfação de necessidades do mercado.

O processo histórico de industrialização reflete também na poluição das águas do Velho Chico e dos seus afluentes. São décadas de lixo, dejetos industriais e esgotos domésticos que levam para o rio, ainda que depurados, uma série de elementos tóxicos. A poluição dos rios Pará, Paraopeba e Velhas está acima do nível permitido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente.

A bacia vive a estiagem mais crítica de toda a sua história. Os reservatórios nunca estiveram tão baixos. No ano passado, Sobradinho chegou a 1% do seu volume útil. Hoje ele está com 30%. A bacia, com 33%. O principal motivo é a falta de chuvas.

Uma das consequências dessa situação é a piora na qualidade da água. Segundo o enquadramento dos corpos d’água, instrumento que classifica a qualidade das águas para avaliar se ela é compatível com seus usos, enquadra o Velho Chico como classe 2. Isso significa que ele pode servir ao consumo humano, após tratamento simplificado, à recreação, à irrigação e à proteção de comunidades aquáticas. Mas alguns pontos do rio têm qualidade inferior. No baixo São Francisco, próximo ao reservatório de Xingó, entre Alagoas e Sergipe, houve o aparecimento de uma enorme mancha negra, devido à proliferação de cianobactérias, que aconteceu pelo excesso de matéria orgânica presente no rio. “Quando a vazão baixa, a qualidade piora. A quantidade de esgoto é a mesma, mas com menos água é mais difícil diluir aquilo”, explica Patrick.

Isso demonstra a necessidade de apressar obras de saneamento básico em todas as cidades da bacia, a começar pela calha do rio São Francisco. Anivaldo diz que o Comitê tem trabalhado nesse sentido. “Ele não tem

recursos para a execução das obras, mas tem bancado os planos de saneamento básico de muitos municípios, condição básica para conseguir recursos para as obras”, diz. Hoje, o Comitê é o maior investidor em planos municipais de saneamento na bacia. “Já fizemos 26 e pretendemos fazer mais 40”, completa.

Apesar da sua boa recuperação, o rio São Francisco não saiu da crise. Algumas medidas têm sido usadas para fazer com que a água dos reservatórios dure mais tempo, como a redução nas vazões. Sobradinho, por exemplo, liberava 1300m³ por segundo e hoje libera em média 800m³ por segundo.

A diminuição das vazões afeta sobretudo a qualidade da água, mas também a mobilidade dos ribeirinhos e as travessias por balsas onde não há pontes. Ainda com a redução da vazão, a água recua de nível e muitas captações ficam no seco, prejudicando a irrigação e o abastecimento. É preciso então construir sistemas alternativos – bombas flutuantes, encanamentos maiores, etc.

Foto André Fossati

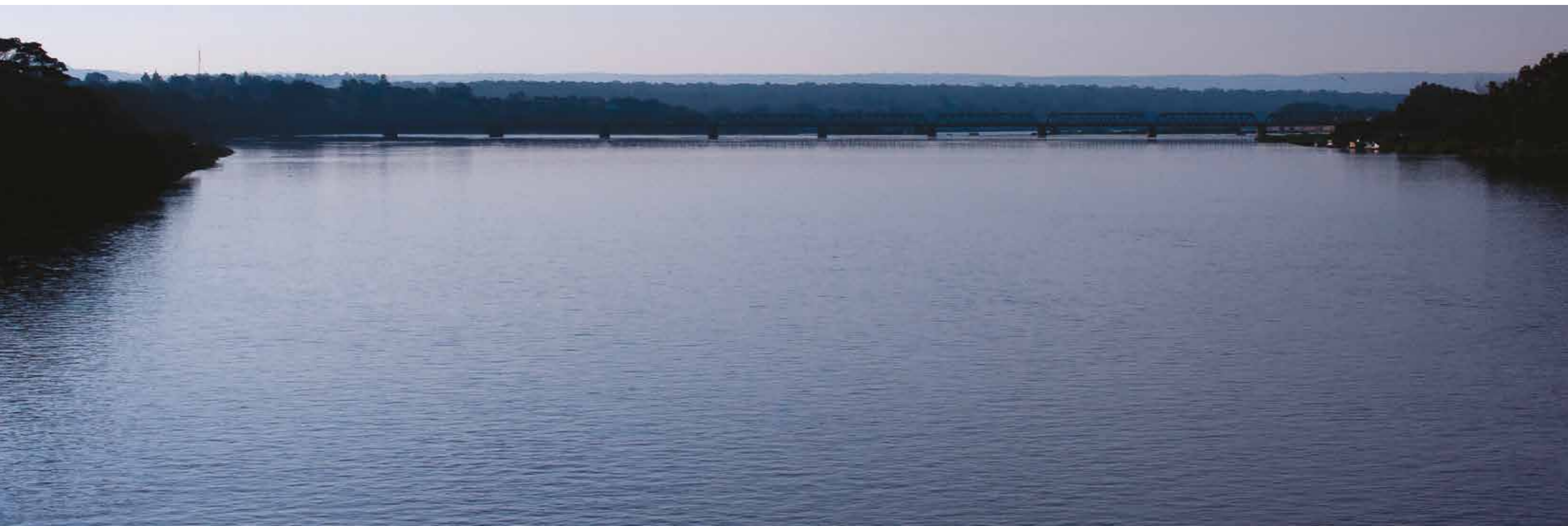




Foto André Fossati

Até o momento, não houve interrupção do fornecimento de água para consumo humano. Alguns setores, porém, foram mais prejudicados. “No Nordeste tem locais onde a irrigação foi totalmente suspensa, como em Campina Grande, na Paraíba, e Piranhas, no Rio Grande do Norte. Houve também a interrupção de algumas embarcações por causa do nível da água, como o vapor Benjamin Guimarães, em Pirapora”, conta Patrick. Em outras regiões do país, houve adaptação para diminuir a tomada de água.

O período de chuvas este ano já passou, e se não for feita uma boa gestão dos volumes há o risco de chegar no final de 2016 sem água nos reservatórios. A situação é mais grave no Nordeste do país. A Agência Nacional de Águas monitora cerca de 500 reservatórios na região. A Bahia se recuperou e está com uma média de 63% do seu volume, assim como o Piauí, com 60%. Quatro estados,

porém, estão com uma média pequena: Ceará e Pernambuco, com 13%, Paraíba com 16% e Rio Grande do Norte com 22%. As perspectivas são de que a água se esgote nesses estados no início de 2017.

Os múltiplos usos da água na bacia sempre foram conflitantes. Em 1985, o extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento criou um projeto para tentar equalizar essas questões: a transposição do rio São Francisco. As obras foram iniciadas em 2007, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, e preveem a construção de mais de 700 quilômetros de canais de concreto ao longo de quatro estados (Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte) para o desvio de parte das águas do rio.

O projeto é polêmico. A justificativa do governo é que dessa forma será possível levar água para regiões que sofrem com a falta de disponibilidade hídrica. Na visão de Patrick, é a alternativa para alguns estados nesse período de longa estiagem. A conclusão da obra está prevista para dezembro de 2016.

Os que criticam o projeto argumentam que a água só vai favorecer os grandes agricultores da região, atrapalhando o equilíbrio natural do rio. “É mentira que a transposição vá resolver a seca de 12 milhões de pessoas. Tudo é feito para criar uma malha hídrica para aproveitar a produção de frutas”, opina Ruben. Para ele, o projeto vai atender a grandes polos portuários e siderúrgicos e a todo um complexo de empresas.

Além da desconfiança quanto ao acesso da população aos benefícios previstos pela transposição, Anivaldo Miranda lembra que ela não acompanha a urgente revitalização do São Francisco. “O governo federal prometeu que a cada centavo da transposição iria um centavo para a revitalização. Até agora, este último mal saiu do papel”.

Revitalizar um rio não é tarefa fácil, mas um grupo em Januária conseguiu mostrar que também não é impossível. Nos últimos 15 anos, comunidades vizinhas se uniram para recuperar o rio dos Cochos, um pequeno afluente do Velho Chico. O envolvimento se deu em ações como a recomposição da mata ciliar, a criação de tecnologias para contenção de enxurrada, a instalação de sistema de bombeamento da água, entre outras. O grupo associou o processo de recuperação ambiental ao de geração de renda para as famílias que, hoje, conseguem comercializar uma série de produtos, como os frutos do Cerrado.



Festa no rio: quando os barcos se encontram. Foto André Fossati

O resultado? Um rio limpo, comunidades que prosperam, e uma experiência que vem sendo multiplicada. “É bom mostrar que é possível viver de outro jeito. Se a gente não multiplicar essa consciência, particular, não tem como as autoridades não se sentirem responsáveis. Hoje, as autoridades estão totalmente divorciadas das necessidades do povo”, opina Ruben Siqueira. Para ele, a experiência é um exemplo a ser seguido, mas, para uma mudança substancial, é preciso ações maiores, que envolvam o Estado e o mercado.

Para restaurar a saúde da bacia, é essencial equilibrar seus diversos usos – potencial elétrico, pesca, turismo, agricultura, abastecimento humano. “Isso implica em investimentos e mudanças de paradigmas, mudanças culturais. O setor elétrico e o setor agrícola são refratários a mudanças, como a introdução de tecnologias que implicam no uso mais racional da água”, diz Anivaldo, quando avalia o direito de todos os usuários.

Essas mudanças visam à preservação não somente do rio enquanto recurso hídrico, mas também enquanto entidade. “Tem a Caatinga, o Cerrado, a mata ciliar, os locais sagrados, o extrativismo, o local de criação de abelha, das ervas medicinais. Preservar os territórios tradicionais, para

nós, é manter a vida da bacia”, afirma Ruben, um apaixonado pelo rio. “A gente é contagiado por esse modo do povo ribeirinho com o seu rio. O rio é o ente da família, ele é o pai e a mãe, é o ente principal. Eu conheço ribeirinhos que não começam o dia sem ir lá e se benzer.”

TERRITÓRIO UNIDO, TERRITÓRIO FORTALECIDO

10 anos do mosaico sertão veredas – PERUAÇU

POR CAROL ABREU E JULIANA AFONSO

Um mosaico é a junção de vários pedacinhos, que dão origem a uma imagem maior. Mais que a soma de suas pequenas partes, o mosaico ganha forma na representação do todo, em uma das metáforas mais claras de coletividade e esforço comum. Foi justamente em alusão a essa ideia que a expressão mosaico foi apropriada pelo Ministério do Meio Ambiente no ano 2000, para pensar uma política de gestão compartilhada de áreas protegidas no país. Mais do que a soma de hectares protegidos, a proposta foi criar verdadeiros territórios de proteção ambiental.

A categoria surge com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000. Um mosaico de conservação ambiental é formado por um conjunto de unidades de conservação (parques, reservas, APAs, florestas nacionais, etc.) e outras áreas protegidas (como terras indígenas e comunidades quilombolas), públicas ou particulares, que estejam geograficamente próximas ou sobrepostas. O objetivo é promover a gestão compartilhada desse território, de forma integrada e participativa, em conjunto com a população. Para isso, são formados conselhos consultivos, compostos por representantes de órgãos ambientais, comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil e do poder público.

Rafael Chaves, chefe do escritório regional do Ibama em Montes Claros, explica que a organização em Mosaicos é importante para promover a corresponsabilidade em um território: a soma de esforços que possibilita amenizar conflitos e problemas ambientais que vão além dos limites das unidades de conservação. “As UCs têm limite físico estabelecido por lei, mas a natureza extrapola esses limites. Quando você tem uma gestão de grandes territórios, você dificilmente vai conseguir amortecer os impactos se não tiver um trabalho conjunto”, explica.



Gruta do Janelão, Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Foto Tom Alves

Os Gerais são um território bastante particular, localizado no norte de Minas, na divisa entre os estados de Goiás e Bahia, à margem esquerda do Velho Chico. Apesar de sua recorrente representação em imagens de seca, o sertão mineiro traz grande diversidade de riquezas naturais. Nessa porção de terra, estão importantes nascentes e afluentes do rio São Francisco, uma mata nativa extremamente bem preservada e grande quantidade de espécies endêmicas. A vereda, símbolo da abundância e da vida no sertão, é uma constante no território salpicado de buritis. “Estamos em uma zona de transição entre vários biomas: a Caatinga, a Mata Atlântica e o Cerrado, com um dos maiores fragmentos de Mata Seca do Brasil”, contextualiza Natália Rust Neves, bióloga e analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas (IEF) no escritório do Alto São Francisco. Além da diversidade natural, há também uma enorme pluralidade cultural, devido aos territórios indígenas e quilombolas presentes na região e devido à cultura dos povos sertanejos, que de

tão rica inspirou obras de autores da literatura universal, como Guimarães Rosa.

Preservar toda essa sociobiodiversidade é uma preocupação constante, principalmente ao observar a área ao redor, tomada por grandes plantações de soja, capim e eucalipto. Entre outros fatores, o desmatamento de grandes porções de Cerrado na região é resultado da política de incentivo à modernização dos Gerais, levada a cabo na década de 60, que consolidou um modo de lidar com a terra pouco afim à dinâmica e às especificidades sertanejas. O recurso encontrado para a preservação do Cerrado foi a criação de diversas áreas protegidas no território, entre unidades de proteção integral e áreas de uso sustentável.

Cinco anos depois da instituição do SNUC, em 2005, o Ministério do Meio Ambiente lançou um edital para fomentar a criação de mosaicos em diferentes regiões do país. Era o instrumento que faltava para integrar as unidades de conservação do sertão mineiro. “A Funatura [Fundação Pró-Natureza, de Brasília], junto com outras



Zé Erotides e dona Alice, mestres da Folia do Divino da comunidade de Buracos/ Grande Sertão. Foto Maria Ribeiro

**“ELE FEZ O CÉU E A TERRA
ELE FEZ O SOL E A LUA
O DIVINO ESPÍRITO SANTO
HOJE AQUI NA CASA SUA**

**OS MILAGRES DO DIVINO
É UM MILAGRE PROFUNDO
ELE É O NOSSO PADRE ETERNO
É O PADROEIRO DO MUNDO”**



Pintura rupestre do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Foto Hugo Messina

instituições da região, se propôs a entrar nesse edital. O projeto foi aprovado e em 2009 o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu foi oficialmente reconhecido”, rememora César Victor do Espírito Santo, superintendente executivo da Funatura.

Os estudos sobre o Mosaico começaram antes mesmo do seu reconhecimento oficial. A ideia era analisar as principais características do território para promover o desenvolvimento da região com bases sustentáveis, integrado à preservação local. Assim foi construído o Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista (DTBC) para o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. A partir dele, foram estabelecidos três pontos de atuação, desenvolvidos em uma parceria com o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal.

O primeiro deles é promover a gestão integrada das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico. Uma das principais ações nesse sentido foi a im-

plantação das reuniões do Conselho do Mosaico. Os 41 conselheiros reúnem-se a cada três meses, desde 2010. A ideia é que todos os envolvidos possam discutir os problemas e propor ações coletivamente.

O segundo ponto do plano é promover a prática do agroextrativismo, geradora de renda para os produtores locais. Isso significa dar apoio e assistência às famílias que realizam o extrativismo sustentável de frutos e frutas da natureza – no caso, do Cerrado. “É uma forma de oferecer meios para que essas pessoas possam se manter no território e viver do jeito que sempre viveram, junto ao Cerrado, mas de uma maneira digna, com uma renda a partir do uso e comercialização desses produtos”, explica Luis Sérgio Martins, gestor do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Fundada em 2006, a Cooperativa Sertão Veredas foi a principal responsável pela implantação do projeto de agroextrativismo junto ao Fundo Socioambiental. O engenheiro

agrônomo Wilson Miguel, membro da cooperativa, conta que antes do projeto as comunidades estavam dispersas e pouco se falava em extrativismo com visão comercial. “O Mosaico facilitou a estruturação da cooperativa. Conseguimos comprar caminhonete, moto, freezers para as comunidades e equipamentos para trabalhar dentro da fábrica. Isso sem falar nas capacitações técnicas para trabalhar esses produtos”, conta. No começo, eram 26 associados nos municípios de Arinos, Formoso, Chapada Gaúcha e Urucuia. Hoje são 96 associados e a cooperativa abrange também os municípios de Januária, Bonito de Minas e Côcos, na Bahia. A demanda vai longe: produtos como a conserva de polpa de pequi foram exportados para o Japão, animando as vendas e as expectativas dos cooperados.

O terceiro ponto do plano é promover o desenvolvimento do turismo de base comunitária como forma de valorizar as tradições culturais e as riquezas naturais do território. O Instituto Rosa e Sertão, responsável por executar o projeto de turismo junto ao Fundo Socioambiental, desenvolveu iniciativas como a articulação de hospedarias, a organização em rede de Pontos de Cultura, a realização de viagens de intercâmbio pelas unidades de conservação e a publicação de materiais de comunicação para a divulgação do Mosaico. A premissa é simples: ao tornar públicas as riquezas naturais e culturais da região, movimentando recursos em nível local, moradores e turistas passam a entender melhor a importância da preservação do espaço e valorização de seu povo.

Ao que tudo indica, o esforço de gestão coletiva nesses últimos 10 anos tem surtido efeito. No estudo *Gestão integrada de áreas protegidas – uma análise da efetividade de mosaicos* publicado pela WWF – Brasil no ano passado, o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu apresentou o melhor resultado entre os avaliados, com 80% dos indicadores efetivos. “Não sei se pela proximidade de Brasília, ou pela força da Funatura, mas eu percebo que nosso Mosaico é um modelo para os outros. Tanto de captação de recurso, como de mobilização das comunidades”, avalia Natália. Ela menciona também o vigor da organização comunitária que a atuação em Mosaico possibilitou: “atuei de 2009 a 2014 no Conselho do Mosaico e vi as cooperativas crescendo, o extrativismo conseguindo mais recurso. A gente também teve uma melhoria nos incêndios florestais, por causa da união. A qualidade dos gestores também melhorou com as capacitações. Foram ganhos ambientais, sociais e culturais”.

Para Damiana Campos, colaboradora do Instituto Rosa e Sertão, a criação do Mosaico foi essencial para pensar o território de forma coletiva, potencializando a comunicação e a articulação em rede entre os sujeitos que vivem ali. “Eu vejo com muita clareza como isso impactou fortemente nossa relação, não só como instituição, mas como moradores e agentes desse processo. Hoje a gente já consegue mapear dentro do território quantos pontos de cultura estão conectados, quantos agentes ambientais temos na região”, ela afirma. Damiana vê essa rede materializada no Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, realizado há 14 anos em Chapada Gaúcha. “O Encontro já era uma potência, trazendo as comunidades de Chapada. Quando amplia pro Mosaico, então... No ano passado, tivemos dois grupos diferentes de São Gonçalo que se conheceram. As bordadeiras de Itacarambi conheceram as bordadeiras de Serra das Araras. Tivemos os Xakriabá junto com a Folia de Reis. Já teve gente no censo que se autoidentificou como indígena depois disso”, ela conta.

Os membros do Conselho também trazem à tona problemas, ameaças e dificuldades que perpassam essa década de trabalho conjunto. A falta de interação dos órgãos do estado com a gestão das unidades de conservação é uma delas. “Nenhum município tem políticas públicas que defendam o Mosaico. Existem ações alinhadas, mas não políticas específicas. É de suma importância que as prefeituras participem e implementem as políticas que amparam legalmente essa linha de trabalho”, defende Débora Takaki, bióloga da prefeitura de Januária.

Kolbe Soares, analista de conservação do programa Cerrado Pantanal do WWF, destaca as ameaças externas, como o desmatamento provocado pelo agronegócio: “Fazemos periodicamente um mapeamento de uso do solo do Mosaico e temos observado que as áreas de conversão do Cerrado [em monocultura] têm aumentado, devido à expansão de fronteira agrícola”. Os projetos de construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) também são uma ameaça constante. Para Rafael Chaves, esse tipo de ameaça poderia ser amenizada com a participação da Superintendência Regional de Meio Ambiente [responsável pelos licenciamentos ambientais no âmbito do estado] no Conselho. De fato, no estudo de efetividade de mosaicos do WWF, um dos piores indicadores do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu é o que trata da influência do Conselho em processos de licenciamento.

Outra média baixa do Mosaico no estudo diz respeito à gestão integrada pelos gestores das UCs fora das reuniões do Conselho. Esse ponto é um consenso entre conselheiros: se nos dois outros objetivos do DTBC houve melhoria considerável, há ainda muito que avançar do ponto de vista da gestão compartilhada. Recentemente, foi criado no Conselho um grupo de trabalho dedicado à questão, para fortalecer essa linha de atuação.

Emerge ainda um desafio que parece central: o diálogo, ainda que conflituoso, entre visões sobre preservação e desenvolvimento. Uma discussão recente nesse sentido foi a proposta de ampliação do Parque Estadual Veredas do Peruaçu, que traria impactos para as comunidades de Morro do Fogo e Barro Vermelho. Mais do que um problema, no entanto, Luís Sérgio destaca a potência desse espaço de escuta. “A gente sabe que a questão econômica quase sempre prevalece em detrimento a qualquer coisa. Então, eu acho que o Mosaico está colocando em pauta o que é sustentável e o que não é. E com isso segurando

um desenvolvimento econômico desenfreado, que não é sustentável. Talvez essa seja a grande contribuição”, ele afirma. Para Damiana, debates como esses são fundamentais. “Não é que a gente esteja de um lado e os ambientalistas de outro, mas há limitações – dos dois lados. Temos que nos formar continuamente, criar espaços de diálogo, para que possamos nos fazer ouvir”, ela aponta. “Afinal, estamos todos de um lado só: pelo Cerrado em pé”.

Foto Hugo Messina

Seu Santilino e Dona Maria Odete, comunidade Morro do Fogo/Grande Sertão. Foto Hugo Messina



OFÍCIO DE CUIDAR

Em grotões de todo o Brasil, a medicina popular resiste nas mãos das mulheres

POR CAROL ABREU

“Chazinho de erva cidreira, de hortelão, folhinha de pau-terra do cerrado. É lindo de bom”. A receita de Dona Pedra era para a Ju, uma das integrantes de nossa equipe que sofria com dor de barriga quando chegamos no Ribeirão de Areia. Dona Pedra vive há mais de 70 anos na comunidade localizada a cerca de 30 quilômetros da sede do município de Chapada Gaúcha, onde é referência nos cuidados relacionados à saúde e à cura. “De primeira, os remédios eram aqui da roça, remédio de roça. Nós num ia em médico, não, minha fia, porque as coisas eram difíceis, né. Aqui era cidade de Januária e Arinos, que tinha médico. E era assim, meio difícil, não tinha muito transporte”, ela relembra. “Eram os chás mesmo que curavam, aqui da roça, né. Fazia os chás das ervas, pra dar às crianças pra tomar. E era bom, o chá era especial de bom. Chá de hortelão, de poejo, de manjeriço”.

Esse conjunto de cuidados, que envolvem remédios caseiros, chás, orações e benzimentos, está no campo da

chamada medicina popular, que por muito tempo foi a alternativa de sobrevivência para comunidades distantes dos centros urbanos. Repassados ao longo de gerações, os conhecimentos e práticas da medicina popular têm raízes na organização coletiva associada ao cuidado comunitário e à prevenção de doenças. “É muito solidário o atendimento. Tem essa riqueza de abranger rezas, benzimentos, conversas”, explica a farmacêutica Lourdes Cardozo Laureano, coordenadora técnica da Articulação Pacari, que reúne organizações comunitárias de medicina tradicional no Cerrado. “Quem pratica a medicina popular tem um conhecimento muito grande sobre o perfil epidemiológico local. Sabe que o bairro tem problema com a água, com a incidência de alguma doença”.

Dona Pedra não reivindica para si nenhuma identidade específica, mas pode ser reconhecida como “raizeira”, como é chamada a pessoa que manipula ervas e outros componentes naturais para cuidar da saúde da comunidade. “Às vezes, em uma região, a pessoa é conhecida como aprendiz de raizeira, ou ela faz chá, ou ela é uma curandeira”. Lourdes comenta que a identidade social de raizeira está sendo fortalecida para incidir sobre as políticas públicas, principalmente a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. “Assim como a quebradeira de coco firmou-se como identidade social, mas nem sempre ela é só quebradeira de coco, ela tem outros ofícios tradicionais”. É muito comum que essas identidades se sobreponham nas comunidades. “Uma mulher pode ser agricultora e raizeira, quilombola e raizeira, parteira e raizeira. Toda parteira é raizeira, o ato de usar plantas no parto é uma tradição”, ela acrescenta.

“Eu faço uns benzimentinho, aí”, conta, rindo, Dona Pedra, que benze de quebrante, de dor de barriga e dor de dente. “Aprendi com a minha mãe, e mais foi com a minha vó, que era benzedeira e parteira muito boa. A parteira que tinha aqui nessa região de primeira era ela”. Dona Pedra conta que sua avó foi “mãe de pegação” de grande parte dos 10 filhos que teve – todos partos feitos na roça. As duas caçulas de Pedra nasceram com o auxílio de Dona Antoninha, ou Antoninha Vêia, como é chamada na comunidade. “A Vêia Antoninha mesmo, benze de um monte de benzimento. Ela é parteira e ela benze. E boa parteira, ela. Sabe tanta reza de cor, ela mais o marido dela. Ô, povo bom pra rezar. Tudo quanto é bendito”, ela relata.

Com 87 anos, Antoninha Vêia ainda sabe benzimentos de cor. Para o quebrante, por exemplo: “Se a pessoa chama

Maria, aí você fala assim: ‘Maria, se a mãe que te pariu há de te criar, quebrante que oiado que eu te botei, eu hei de tirar’. Aí reza uma Ave-Maria e uma Santa-Maria”. Ela conta que não faz mais partos, porque as mulheres da região já têm os meninos e meninas na cidade. “Graças a Deus. É duro, não é bom não. Porque você sair da sua cama... Cê tá dormindo, de noite, tem vez com chuva, minha fia. Tem que ir, né, porque como é que a gente fazia...”, relembra. Mas até hoje é benzedeira procurada na comunidade. “Quando eu vou numa festa, é um trabalho. É ‘benze meu menino’. Aí vem a outra: ‘ô, benze meu menino’. Elas não deixa eu sossegada, não”.

Próximo ao Ribeirão de Areia está Sagarana, distrito de Arinos. Em 2009, a equipe do Cresertão (Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão) criou ali um grupo de base, composto por mulheres, para proporcionar trocas de saberes e fazeres. A proposta era realizar reuniões comunitárias itinerantes nas casas das mulheres do distrito, em que a anfitriã sempre apresentava o que considerava que sabia fazer muito bem. “O tema ‘saúde’ foi apontado como uma preocupação, devido à ausência de atendimento médico, ao alto custo de remédios e ao encerramento das atividades da Pastoral da Criança”, relembra Andréa de Cássia Alves Silva, presidenta da Associação do Cresertão. “Isso proporcionou trocas de saberes sobre as plantas medicinais que cada uma utilizava há gerações”.

Assim nasceu o projeto “Ser Tão Raiz – Espécies, Pessoas e Cerrado”, que hoje busca difundir os saberes relacionados à cura no Vale do rio Urucuia com a finalidade de organizar e articular em rede os ofícios de raizeiras, benzedeadas e artesãs da região. “São mulheres e homens filhos da tradição, que encontram soluções realizando e perpetuando o conhecimento tradicional de seus povos utilizando espécies medicinais nativas como medicina preventiva, terapêutica, de cura e também de complementação alimentar”, explica Andréa. A proposta é buscar e registrar práticas de medicina popular nas comunidades de Morrinhos, Igrejinha e no Ribeirão de Areia, além de Sagarana. Ao fim da jornada, será construída uma Unidade Coletiva Referencial no Cresertão, com infraestrutura de uma farmacinha comunitária.

Como lembra Lourdes, a riqueza da prática da medicina popular nos Gerais está intrinsecamente relacionada ao uso sustentável dos recursos do Cerrado. Biodiversidade e conhecimento são palavras-chave para esse campo

Dona Pedra, rezadeira e dançadeira da comunidade Ribeirão de Areia. Foto Maria Ribeiro





Dona Antoninha, parteira e rezadeira da comunidade Ribeirão de Areia. Foto Maria Ribeiro

do saber-fazer. “Em cada ecossistema, há uma relação socioambiental e cultural ancestral que os povos têm com os seus recursos. Para exercer seu trabalho, uma raizeira tem uma relação muito forte com a preservação, a conservação e até a restauração do ambiente”, ela pontua. Andréa relaciona essa simbiose ao conceito de “direitos consuetudinários”, descritos no Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado como “direitos fundamentados na tradição e expressos por valores, princípios, regras, cosmovisões e práticas passados de geração em geração, num movimento vivo e contínuo”. Dessa forma, o uso sustentável da biodiversidade do Cerrado para a saúde comunitária pode ser entendido como um direito das comunidades que deve ser protegido e garantido.

Não é fortuita a escolha de empregar os termos no feminino (“raizeira”, “benzedeira”, “rezadeira”) nesse universo da medicina popular. O saber relacionado a esse campo é primordialmente exercido por mulheres – passado de avós e mães para filhas e netas. Lourdes explica que a opção pela alternância de gênero é uma

forma de reconhecer esse protagonismo feminino nos ofícios do cuidar: “Não quer dizer que os homens não sejam capazes de fazer isso. Quando a gente fala ‘raizeiras’, está incluído o homem. A gente inverteu, em função de um posicionamento”.

O público com quem Andréa trabalha no Ser Tão Raiz é composto, em sua maioria, por mães de família e donas de casa: “campesinas, agricultoras familiares, mulheres de lida, sertanistas”, ela descreve. “Mas temos a participação de vários homens que desenvolveram habilidades no reconhecimento de ervas e raízes do Cerrado que utilizam para a cura de pessoas e animais. São os chamados mateiros”. Grande parte dos depoimentos desses homens revela que aprenderam o ofício com suas mães. Vez ou outra, a figura paterna aparece.

O protagonismo não se restringe ao âmbito privado ou familiar. Lourdes descreve as farmacinhas caseiras e comunitárias, comuns no contexto da medicina popular, como espaços de encontro, troca e empoderamento feminino. “A raizeira não é aquela que fica no seu cantinho fazendo seu remédio. Elas também vão ao mato, coletam,

identificam as plantas, vão para espaços políticos de resistência. Elas tomam a iniciativa de fazer intercâmbio, dar oficina, ensinar nas escolas. Isso estabelece uma relação com a professora, com as outras mães”, explica.

O fundamental aqui, e que parece ter algo de feminino em sua essência mais palpável, é o reconhecimento do cuidado e da cura como um dom. “Tem uma citação que eu gosto que é assim: ‘a necessidade do povo me dá coragem de ser raizeira’. De cuidar da saúde do povo. Se o homem, frente à necessidade, também têm a reação de cuidar da saúde, ele está exercendo o dom de ser raizeiro”, Lourdes afirma.

Perguntada sobre a eficiência dos benzimentos para curar dor de dente, Dona Pedra responde com um aforismo matuto: “Precisa ter fé, né, minha fia. Diz que onde não tem fé, não tem milagre”. Com ou sem milagre, raizeiras como ela vêm cuidando de crianças e adultos há décadas, e se configuram como importantes agentes de saúde comunitária com pouco ou nenhum reconhecimento oficial. A associação à crença ou à ignorância, que menospreza e desconhece o saber ancestral e seus atravessamentos entre a fé e a cura, é uma das dificuldades no diálogo com a medicina convencional. “Às vezes acontece o diálogo em iniciativas locais. Um médico da saúde da família, por exemplo, que reconhece que aquele xarope de angico é muito bom. Mas, no geral, a medicina convencional desconhece a medicina popular”, reitera Lourdes.

Não são raros os casos em que raizeiras e parteiras preferem se recolher, com medo da criminalização. “Onde chega uma atenção oficial do governo, as parteiras são proibidas de exercer seu ofício. Em muitas comunidades, elas falam: ‘se precisar, eu faço’. Em cantos muito distantes onde não tem hospital, não tem médico, elas continuam a exercer”, ela explica. “Mas com muito cuidado, porque elas podem ser criminalizadas”. Há aí um desperdício do potencial da medicina popular que poderia complementar desde as práticas das equipes de saúde da família até a realização de partos.

Além da criminalização pela medicina oficial, há ainda a discriminação relacionada ao avanço das igrejas neopentecostais – muitas vezes ignorantes em relação às práticas dos cuidados tradicionais. “Ao iniciarmos efetivamente as mobilizações e diagnósticos das raizeiras, benzedeiras e artesãs, nos surpreendemos com o grande número de pessoas que utilizam remédios caseiros. Mas surpresa maior foi o cuidado das benzedeiras em não querer se

identificar – um processo que vem ocorrendo fortemente devido ao crescimento das igrejas evangélicas”, conta Andréa, em relação ao processo que viveu no Ser Tão Raiz. “A cura realizada pelas orações e rituais tradicionais passa a ser vista como um processo de curandeirismo, mesmo tendo como base o cristianismo e a oração”.

Contra o desconhecimento e a discriminação, há um esforço recente em pautar a prática dos cuidados relacionados à medicina popular no cenário das políticas públicas nacionais. Um dos caminhos propostos pela Articulação Pacari é a luta para registrar o ofício de raizeira como patrimônio imaterial do Brasil. Para além da mera visibilidade, Lourdes explica que o reconhecimento político pode levar a atividade a ser uma possibilidade de geração de renda para as famílias. “Um desafio grande que todos esses ofícios têm é o interesse dos jovens. É a mesma lógica da agricultura familiar, das quebradeiras de coco. É por não ter oportunidade de ficar na roça, que eles vão pra outros cantos”. Motivar o envolvimento da juventude nas comunidades, por meio de alternativas reais de geração de renda, é fundamental para garantir a salvaguarda do saber popular.

UMA HISTÓRIA DO VÃO

POR ANA CARNEIRO

Diante de casa, sob o alpendre, o velho Joaquim, chamado Quincas Branco, assunta a paisagem silenciosa enquanto ninguém passa. Sentado em um banco de madeira comprido, espera que, ao seu lado, se sentem os que por ventura encostarem ali para trocar dois dedos de prosa, como é de praxe. A casa está em um ponto estratégico: justo na bifurcação que leva à rota por onde o povo dos Buracos circula, diariamente, indo e vindo de seu povoado à estrada que dá acesso à Vila (a cerca de 7 quilômetros dali). De frente para a casa está a escolinha rural, construída em um pedaço de terreno doado pelo próprio Quincas, e logo adiante se vê o campo de futebol onde o povo se reúne aos finais de semana. A partir daquele ponto, irradiam as outras casas, cada qual em um dos lotes herdados pelos sete irmãos de Quincas.

É ali que os transeuntes costumam parar e contar o caso de suas viagens. Em troca, ficam sabendo das andanças dos outros. E nessa movimentação conversadeira, a geografia do povoado espraia-se para além de sua localidade, o interior de um cânion de 30 mil hectares, chamado Vão dos Buracos, ao norte de Minas Gerais, parte do município de Chapada Gaúcha.

Nascido ali para desaguar no São Francisco, o rio Pardo veio ao longo dos séculos cavando o Vão que hoje abriga três outras comunidades, além dos Buracos (Inhuma, Buracinhos e Barro Vermelho). São povos lavradores, cujos costumes e cores misturam tonalidades afro-indígenas e europeias, como se retrançassem, na tez e nos modos, a própria história de ocupação humana do Brasil. Mencionado no romance *Grande Sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa, o lugar aparece como contraponto ao temido, ermo e infernal Liso do Sussuarão, área de árida chapada. No Vão-do-Buraco, diz o protagonista-narrador Riobaldo, “também se forma calor de morte – mas em outras condições... Gente ali rói rampa”. De fato, do alto do mirante dos Buracos, vemos o Vão por inteiro: uma enorme fenda encerrando a chapada que se estende rumo ao Planalto Central. As íngremes rampas de chão que nos levam aos



Zezu, sua esposa Dilma e filhos. Comunidade Buracos. Foto Hugo Messina

*Eh... Que nem o Vão-do-Buraco?
Ah, não, isto é coisa diversa – por
diante da contravertência do Preto
e do Pardo... Também onde se
forma calor de morte – mas em
outras condições... Gente ali rói
rampa...*

*(Grande Sertão: Veredas,
Guimarães Rosa)*

Buracos em cerca de duas horas a pé formam o “Caminho de ouro”, como o trajeto é conhecido no circuito turístico local. O nome remete à cor da terra que, parda como seu rio, sob certa luminosidade, transforma o percurso em uma faixa dourada a refletir o sol. É de impressionar. Quem de longe olha cá embaixo não avista as casas nem imagina que ali more gente.

No cenário histórico da ficção de Guimarães Rosa, as veredas baixas do Vão eram apenas uma referência à vizinhança de Serra das Araras, vila solitária, paragem de bandidos. Preocupado com sua travessia, Riobaldo anuncia a agrura que o Cerrado lhes reservava naquelas bandas; por certo não estava preocupado com um povoado perdido em meio a um buraco do Sertão. Se é que imaginaria haver ali qualquer habitante que fosse. Mas podemos imaginar esse encontro por nossa própria conta, pois na mesma época em que Riobaldo sofria sua travessia, os avôs de Quincas Branco chegavam ao Vão para morar, inaugurando o lugar.

Tudo em família

Foram três casais originários, progenitores de todo o povo que veio a existir depois. A partir da chegada de João Gomes, comprador da Fazenda dos Buracos, e de dois casais “agregados” (cunhados e concunhados de João), a terra dos Buracos veio sendo povoada por seus filhos, netos e bisnetos. Assim os Gomes combinaram-se com os Pereira e os Carneiro, casando-se entre si, fazendo filho ao longo das gerações. “Tudo primo, tudo parente”, comentam os dos Buracos sobre si mesmos. João Gomes, avô materno de Quincas, foi quem comprou a Fazenda dos Buracos e veio cá morar trazendo a esposa, Dona Joventina, chamada Jove. “Aqui é assim, tudo misturado. Às vezes, acha que não é, mas é. Tem que ver onde começa o trem, vai puxando e descobre que lá atrás toca parentesa. Netos pra lá, ó, tudo parente. Olhando lá em cima, junta... É, é igual

documento de terra pra saber quem é o proprietário: vê procedência, é da família. Ahahah!”

E de onde eles vieram?

“É tudo dessas beiradas do São Francisco. [...] Meu avô morou no Curral Velho, nesses lados do São Francisco, depois ficou um tempo no Goiás e logo veio pros Buracos. Derradeiro foi que ele foi pro Goiás, onde arranjaram o pai de Dona Zefa para casar com a filha do meu avô, irmã de meu pai, João Branco”.

Houve uma dezena de casamentos entre os descendentes daqueles três casais originários, sucedendo-se gerações de “primos primeiros” esposados, misturados. Formou-se assim o povo dos “Pereira Gomes”, atualmente a família mais numerosa dos Buracos, habitante do rio Calengue, belo afluente de águas claras do Pardo.

João Branco é um desses casos de mistura: genro e sobrinho de João Gomes, é pai de Joaquim Branco, o velho Quincas, nascido “duas vezes Gomes”, como ele mesmo gosta de destacar.

“Puxei o nome no sangue pelo ramo da mãe e do pai!”, diz, mostrando orgulho. A posição na família concede-lhe autoridade quando o assunto é a história do seu povo.

“Pergunte a Quincas, ele sabe contar o caso direito”, diziam-me a toda hora.

Ele, por sua vez, saboreia a fama de bom proseguidor. Capricha nos casos do tempo de primeiro. Diz que seu avô, João Gomes, era endinheirado, e conta do dinheiro enterrado debaixo do pé de Jatobá, nunca encontrado.

“Já cavucaram tudo e nada. O povo diz que no local aparecem visagens, seres encantados. É bestagem!”, ralha Joaquim.

Os sobrinhos vêm lhe pedir conselho sobre um gado sumido:

“Tem que procurar perto da Grota D’água Ruim, é para onde o gado que vem da Manda-Saia costuma fugir. Mas, ó, tem que cuidar aquela veredinha acolá, areia mole depois da chuva é boa pra vaca atolar”.

E, do conselho, surge um caso antigo:

“Perdi o cálculo da viagem e parei no meio do cerrado, com aquela sede... Deitado como que morto, no dizer do outro, como que dizendo, Pode comer, vem onça, pode comer! Hahahá!”

A posse da terra

Era o tempo em que só existia o cerrado brabo. Na Vila, uns poucos ranchos das “famílias pioneiras”, recém-chegadas do sul do país. Naquela época, final dos anos 70, o povo dos Buracos viu pela primeira vez carros a motor. Até então só conheciam carro de boi. Foi quando Quincas, seus irmãos e seus primos trabalharam nas empreitadas dos gaúchos chegantes:

“Esta estrada que hoje é a BR, a gente abriu foi no braço! Na enxada!”

Naquele tempo, a Vila dos Gaúchos era um lugarejo. Duas décadas depois, tornara-se a cidade-sede e homônima do município de Chapada Gaúcha, com hospital, banco, correios, delegacia, comércio. Tudo começou com o PADSA (Projeto de Assentamento Dirigido de Serra das Araras), iniciado em 1976, sob comando do Governo Federal Militar, que loteava áreas devolutas da região e as vendera a preços acessíveis aos produtores rurais migrados de estados do Sul. O povo dos Buracos fazia parte do município de São Francisco. Com o esforço de municipalização empenhado pelo gaúcho Eloy Baron – um dos pioneiros de Chapada, então vereador do município de São Francisco –, muitos dos antigos buraqueiros tiraram pela primeira vez a carteira de identidade e – fundamental – o título de eleitor. Alguns ganharam também lotes na cidade que nascia, tendo por condição construir moradia sobre o lote. O gesto visava alcançar o número mínimo de moradias em área urbana requisitado para a emancipação municipal. Como efeito colateral, criou uma cidade que, embora projetada com avenidas largas evocando “progresso” e “modernidade”, esconde, nas casas mineiras sem reboco, uma rotina de prosa calma e roceira. Nos Buracos, muitas famílias possuem uma casa na roça e outra na vila, movimentando-se regularmente entre cá e lá.

Com a criação do município de Chapada Gaúcha, em 1996, o gaúcho Eloy Baron veio a ser eleito seu primeiro prefeito. O nome do novo município fora levado a pleito dois anos antes da emancipação e, embora tenha ficado em terceiro lugar na votação, acabou sendo o escolhido. O norte de Minas Gerais ganhou assim a marca cartográfica do domínio político do agronegócio. Displícitamente, contudo, a gente dos Buracos até hoje se refere à sede municipal pelo nome de “Vila”.

Após dois mandatos do gaúcho, um mineiro da roça foi eleito prefeito: Raimundo Ribeiro Gomes, chamado



Casa de Seu Nico, comunidade Buracos. Foto Mariana Cabral

Mundinho. Seu povo, habitantes do Ribeirão de Areia, é não só vizinho como parente chegado do povo dos Buracos. No Ribeirão – lugar de terras devolutas e menos férteis que as do Calengue –, foi morar “um ramo dos Pereira”, agregados de João Gomes, gente que não se casou com os Gomes, herdeiros proprietários da antiga Fazenda dos Buracos, e portanto teve que procurar outras terras para construir casa e família. Mundinho criou-se em uma família dessas famílias, “dissidentes dos Buracos”, como ele disse certa vez. Eram antigos “agregados” – como fora também Riobaldo e a grande maioria dos sertanejos até hoje.

Não por acaso, Mundinho iniciou sua trajetória política no sindicato de trabalhadores rurais, a exemplo de seu primo e também dissidente dos Buracos, Eloy Ferreira da Silva, figura importante na história sindical do país durante a Ditadura Militar, assassinado em 1984 devido a conflitos de terra. Sobre o caso, Mundinho deu seu testemunho

ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, contribuindo para uma publicação da Comissão Nacional da Verdade, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em 2010:

“Tenho lembranças vivas sobre Eloy Ferreira da Silva, pois desde criança cresci vendo acontecer reuniões de sindicato. E uma das grandes preocupações de Eloy era a posse de terra, pois na região toda estava acontecendo especulação de terras principalmente pelas reflorestadoras que recebiam financiamento e incentivos fiscais, e precisavam de terra para implantar projetos, principalmente de eucalipto e pinos. Essas terras quase na totalidade eram devolutas e o Estado legalizava para as reflorestadoras, que compravam as posses dos moradores antigos quase de graça, e ainda acontecia casos em que os posseiros eram lisonjeados a venderem seus direitos de posse com falsas promessa de emprego nas firmas. [...] Quando resistiam, eram ameaçados de perderem as terras e não receber nada [...] Isso



Vão dos Buracos. Foto Hugo Messina

aconteceu em todo o norte de Minas e resultou que estes moradores migraram para as cidades, como São Francisco, Januária e outras; ou foram para os grandes centros, Brasília e São Paulo”.

costumes guardados

Desde aqueles idos – e recentemente com vigor renovado – grandes monoculturas vêm avançando sobre as áreas de Cerrado, cobrindo-as sobretudo com soja e capim. Por sua topografia tortuosa, o Vão dos Buracos mantém-se relativamente preservado; inútil para grandes lavouras e habitada por pequenos agricultores familiares, a terra usufrui ainda das inúmeras veredas e afluentes do Pardo. Mesmo que o desmatamento até a beira das encostas provoque assoreamentos, e que os buritizais estejam cada vez mais secos, a paisagem ainda guarda um bocado da mata antiga.

A grande diferença, como disse Dona Rosa, esposa de Quincas, é que “agora o mundo todo está mais perto”. Em 2006, quando a luz elétrica chegou aos Buracos por meio

do Programa Luz Para Todos, em poucos meses praticamente todas as casas já tinham instalado parabólica e televisão. Quase uma regra, foi ela, a TV, o primeiro aparelho doméstico a ser comprado. Isto por certo alterou a rotina das prosas ao pé do fogão a lenha, mas nem de perto exterminou-as. As idas e vindas roendo rampa também continuam.

Se os antigos buraqueiros costumavam seguir o fluxo do Pardo, rumo às centenárias Serra das Araras, Januária e São Francisco, hoje o deslocamento mais intenso é noutra direção, a oeste, seguindo os caminhões carregados de grãos pela estrada asfaltada que liga a Brasília. Mas há sempre, ao menos uma data para se estar de volta ao Vão: o Seis de Janeiro, dia de Santos Reis, dia de festar nos Buracos. Assim, como o “giro” dos ternos de folia de Reis, os deslocamentos do povo buraqueiro não perdem o prumo: há sempre que se voltar a visitar a casa de um ente querido. E festar!

VEREDAS: RAMAGEM E AMAR EM ÁGUA

POR ISABELA LAZAROTTI

Com buritizais a perder de vista, as veredas são formações do Cerrado retratadas por Guimarães Rosa em toda sua beleza e simbolismo. São áreas úmidas, de solo encharcado e rico em matéria orgânica, nas quais afloram nascentes de cursos d’água.

Estas áreas brejosas contribuem para que os córregos e rios do Cerrado tenham permanente disponibilidade de água, pois funcionam como drenos naturais, retendo a umidade mesmo em períodos de seca. São ainda importantes corredores ecológicos para animais silvestres, fornecendo refúgio, alimentação e local de reprodução para a fauna terrestre e aquática.

Em áreas de escassez de recursos hídricos, comunidades sertanejas estão intrinsecamente associadas à riqueza de recursos que ali encontram. Entre as veredas – verdadeiros oásis na região – organizam seu espaço, sua produção, sua permanência, sua identidade.

Mas em decorrência de severos impactos ambientais, como a sobre-exploração dos recursos hídricos, a degradação das áreas naturais, a intensiva atividade agropecuária e o uso indiscriminado de queimadas, as veredas estão perecendo a cada dia. Tão belo quanto frágil, esse sensível ecossistema demanda cuidados para permanecer perene, proporcionando riqueza em seu mais amplo sentido.

O senhor estude: o buriti é das margens, ele cai seus cocos na vereda – as águas levam – em beirras, o coquinho as águas mesmas replantam; daí o buritizal, de um lado e do outro se alinhando, acompanhando, que nem que por um cálculo.

*(Grande Sertão: Veredas,
Guimarães Rosa)*



**ENSAIO FOTOGRÁFICO
MARIA RIBEIRO
MARIANA CABRAL**

**“sai uma vereda para o nascente e outra para o poente, riachinhos que se
apartam de vez, mas correndo, claramente, na sombra de seus buritizais...”
Grande sertão: veredas (Guimarães Rosa)**







“E como cada vereda, quando beirávamos, por seu resfriado, acenava para a gente um fino sossego sem notícia – todo buritizal e florestal: ramagem e amar em água.” Grande sertão: veredas (Guimarães Rosa)

TODO VERSO QUE EU RECITO

JOSÉ WILSON RIBEIRO GOMES

MISSIONÁRIOS DO SERTÃO

Resolve os problemas da comunidade
Missionários do sertão
Incentiva o povo a participar
Da vida em comunhão.

Convida a todos a associar
No sindicato e na associação
Defende os direitos das pessoas
Entra na luta da inclusão.

Carrega o grito dos excluídos
Trabalha com amor e dedicação
Está nos movimentos populares
É um agente sem remuneração.

Na alma a solidariedade
Amor fraterno no coração
Entra em conflitos sociais
Para nos livrar da corrupção.

Cuida da igreja e dos pequeninos
Na sua congregação
Voluntário e ecumênico
Não importa a religião.

(28/11/2011)

ELOI FERREIRA DA SILVA

Era filho de lavrador
Não era estudado
Mas na luta era doutor
Veio de Goiás
E foi um trabalhador.

Dezembro de oitenta e quatro
Foi que ele nos deixou
Morreu na sua voz
Mas o grito continuou
Já se faz trinta anos
Que pelo povo ele entregou.

Todo o Norte de Minas
Chorou a sua saudade
O povo ficou de luto
Em respeito à sua lealdade
Um profeta do sindicato
Que só falava a verdade.

No Vale do Ribeirão
Era onde ela morava
Defendia os pobres
E pela justiça lutava
Neste sertão esquecido
Onde a injustiça mandava.

(13/03/2014)

SEU BAUZINHO (LAURIMAR DE JESUS)

VERDADE VERDADEIRA

Todo verso que eu recito
O povo acha bonito
Porque é realidade
O povo me admira
Pois não sei contar mentira
E eu só falo a verdade

O homem que é contador
De história de pescador
É uma beleza rara
Falo com todo o respeito:
Eu já fui o melhor prefeito
Da cidade de Januária

Pra vocês eu vou falar,
Quando inventei o celular,
Também a televisão
Eu fui lá em Belo Horizonte
Ensinei Santos Dumont
A fazer o primeiro avião

Eu nunca fui na escola,
Mas sou o rei da viola
Nascido no chão mineiro
Falo com toda a franqueza
E vocês podem ter certeza:
Sou professor de Tião Carreiro

Parece até uma praga
Ensinei Luiz Gonzaga
A ser o rei do baião
De bater, eu não tenho dó
Peguei Maguila e Popó
E bati só com uma mão

Eu não sou corinthiano
Eu sou é atleticano,
Pois no Galo eu boto fé
Eu pesco peixe sem anzol,
Eu sou o rei do futebol,
Mas dei a coroa pra Pelé

Sou um grande fazendeiro
Mas não guardo meu dinheiro
Nos bancos do meu estado
Eu vivo lá no recanto
E só ligo pra Sílvio Santos
Porque é meu empregado

No recanto aonde eu moro,
Tem alguém que eu adoro
Lá eu vivo no sossego
Escuto o canto do galo,
Pois até Roberto Carlos
Já veio me pedir emprego

Eu me sinto um doutor
Morando no interior
Porque aqui é meu lugar
Sou filho de João Mendonça
Eu tiro leite de onça
Sem precisar de amarrar

Sou professor de medicina,
Mas só ensino as meninas
Que não pretendem trabalhar
Vocês podem até não crer,
Mas faço aleijado correr
E o cego enxergar

Eu faço mudo falar,
Faço surdo escutar
Sem cobrar uma moeda
Eu sou do signo de escorpião
Eu salto até de um avião
Sem precisar de paraquedas

E quando eu fico à toa
Eu pego minha canoa
Faço levantar poeira
Corro mais que Airton Senna,
Declamando o meu poema
Que é verdade verdadeira

Eu puxo a barba do leão,
Só pra ver a reação
Que o bicho pode ter
De ninguém eu levo mágoa
Eu escrevo até na água
E mando qualquer um ler

Conheço toda manobra,
Já dei nó em sete cobra
Que estava no meu caminho
Sou o rei da sabedoria,
Mas essa capitoria
Pode ver, que é de Bauzinho

Eu sou um compositor
Que o povo consagrou
Nos outros eu passo a régua
Falo com sinceridade:
Se esse poema for verdade,
Vai mentir na baixa da água!

A REFUNDAÇÃO DO SERTÃO NO CINEMA

como filmes recentes vêm atualizando as imagens do sertão no cinema brasileiro

POR NUNO MANNA

Que sertão surgirá na tela branca do cinema, quando apagarmos as luzes e ligarmos o projetor? Quais serão as suas paisagens, seus personagens e suas histórias a nascer nas imagens feitas por filmes brasileiros? A resposta, obviamente, é: inúmeras – em primeiro lugar, pela diversidade de filmes que nosso cinema produziu, desde seus primórdios, sobre o universo sertanejo; em segundo lugar, pela impossibilidade de esgotar esse universo, sendo ele tão vasto quanto misterioso.

Pela história do Brasil, conhecemos diversas tentativas de incorporação do sertão, nos cambaleantes esforços de ocupação e domínio do espaço – e do povo – sertanejo. Impedir o completo desvendamento de seus mistérios nunca deixou de ser, então, uma forma de resistência e de afirmação das identidades sertanejas. Nas obras do cinema brasileiro (bem como da nossa literatura, das artes plásticas, entre outras expressões artísticas), ao longo do último século, o sertão serviu, mais do que qualquer outro território, como cenário emblemático da riqueza e dos dilemas do país. Assim, mesmo em sua diversidade, tais imagens produziram um importante ciclo em que, por muito tempo, filmar o sertão se confundiu com a busca pela própria identidade nacional sintetizada em cena.

A importância que o sertão adquiriu no cinema brasileiro se destaca em meados do século XX, quando multiplicaram-se filmes como *O cangaceiro* (Lima Barreto, 1953) e *A lei do sertão* (Antoninho Hossri, 1956). As aventuras de cangaço, feitas de heróis, de lutas e de histórias de amor, constituíram quase que um gênero próprio no nosso acervo cultural. Em seguida, de maneira ainda mais marcante, foi também para o sertão que o cinema se lançou quando nasceu pelo país o nosso chamado cinema moderno. Exemplos célebres são os



Cena do filme *Mutum*

diretores Nelson Pereira dos Santos (*Vidas secas*, 1963), Ruy Guerra (*Os fuzis*, 1963) e Glauber Rocha (*Deus e o Diabo na Terra do Sol*, 1964), que buscaram em imagens do sertão oportunidades para a fundação de um cinema com marca genuinamente brasileira.

Nessa produção, é recorrentemente no nordeste brasileiro que o sertão é encontrado, fortemente embalado por representações célebres da literatura e do folclore nordestino na cultura nacional. Não por acaso, algumas das poucas incursões a terras sertanejas de Minas Gerais surgiram na esteira de um de seus grandes desbravadores literários. *O Grande Sertão* (Renato Santos Pereira e Geraldo Santos Pereira, 1965), *Sagarana, o Duelo* (Paulo Thiago, 1973) e *Noites do Sertão* (Carlos Alberto Prates Correia, 1984) são exemplos de filmes inspirados na obra de Guimarães Rosa.

O final do século foi, então, um momento importante para a revisão dessa identidade. Depois de alguns anos de baixa produção de filmes no país, a retomada do cinema

nacional na segunda metade dos anos 1990 trouxe-nos uma série de filmes como *Baile perfumado* (Paulo Caldas e Lício Ferreira, 1997), *Central do Brasil* (Walter Salles, 1998) e *O Auto da Compadecida* (Guel Arraes, 1999). Com eles, de diferentes maneiras, retornamos ao sertão para revisitar nossa história e nossos mitos de formação, e traçamos perspectivas do sertão no horizonte.

Desde então, uma nova fase do cinema vem se desenhando, acompanhando as mudanças nas estruturas políticas e sociais do país, o barateamento dos custos de produção e a ampliação dos circuitos de criação e circulação do cinema nacional. Com isso, outras imagens do sertão vêm surgindo e ampliando as dimensões de um território imaginário. Pelo olhar dessa geração no século XXI, mais do que nunca os sertões brasileiros parecem ganhar as telas em seu caráter plural. Nesse meio, quatro filmes parecem especialmente significativos na atualização das imagens

do sertão. São, entre si, bastante distintos, ao mesmo tempo em que funcionam como entradas para o mapeamento de outros filmes do cinema nacional contemporâneo.

O primeiro deles é *Narradores de Javé* (Eliane Caffé, 2004), que se passa no sertão baiano. Ali, um pequeno vilarejo no fictício Vale do Javé está prestes a desaparecer com a construção de uma represa na região. Ocorre, então, aos moradores, que o registro histórico do passado da comunidade poderia fazer reconhecer seu patrimônio e salvá-los da inundação – afirma-se que, se Javé tem algum valor, são as histórias das origens, dos guerreiros e de todos aqueles casos que correm pela boca do seu povo. Cabe, então, a um homem recolher os relatos e botar as letras no papel.

Mas, então, o filme preocupa-se menos em enaltecer o passado, revelar os casos acontecidos, do que nos apresentar à importância que as “lembranças javeicas” adquirem ao nascer nas cômicas e confusas versões da história daquela gente – ainda que seu protagonista, o escritor Antônio Biá (José Dumont), insista que a história de Javé só terá validade se tiver caráter científico: “Não pode ser essas pataquada que vocês inventam.” Um sertão fortemente conectado às tradições orais e aos mitos sertanejos renasce, pelo filme, na medida em que suas narrativas dão sentido àqueles homens e mulheres no presente. É o processo vivo da fabulação que dá, afinal, a vida a Javé.

Já *Mutum* (Sandra Kogut, 2007) nos leva, por uma adaptação livre do conto “Campo Geral” de Guimarães Rosa, ao sertão de Minas Gerais. Ali, não mais encontramos o sertão fabular, mas aquele que nasce na miudeza das coisas, na formação de um redemoinho no quintal, na ventania que avisa a chegada da chuva para que se recolha as roupas do varal, no ruído constante dos pássaros e dos cães de dia, e dos grilos, cigarras e sapos à noite – ruídos que o filme faz questão de acentuar.

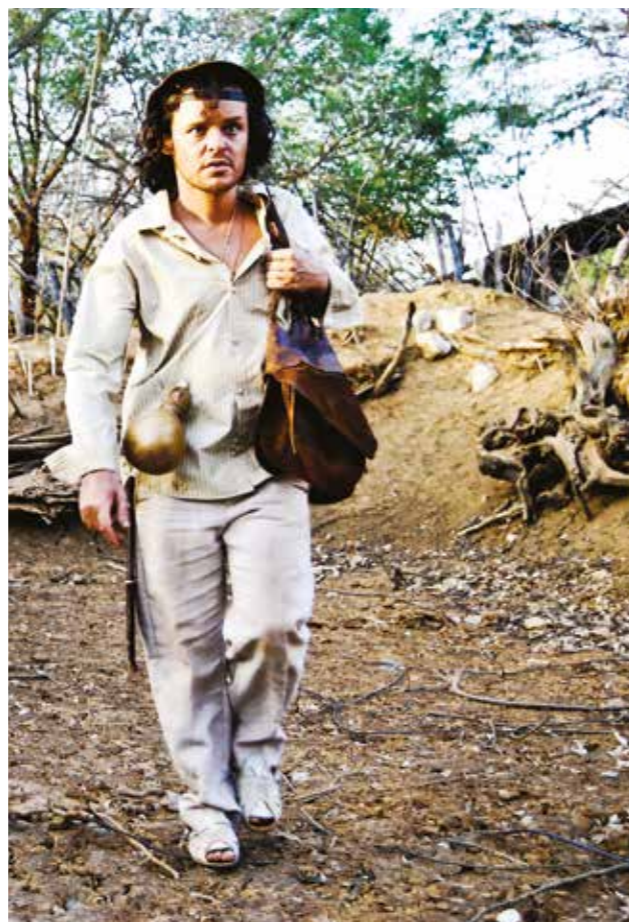
Não por acaso, esse sertão melhor se enraíza na vida de uma criança, o protagonista Thiago (Thiago da Silva Mariz). Seus dilemas, sua alegria e sua dor são melhor compreendidos enquanto o garoto aguarda ansioso a pipoca ficar pronta na cozinha, leva a marmitta ao pai na roça, aprende com o tio a montar uma arapuca. Quando o garoto pergunta à mãe sobre como é o mar, ela responde: “É longe daqui”. Mas longe de ser um filme sobre a falta, como nos típicos dramas sociais, o realismo do filme busca encontrar o sertão em cada pequeno momento vivido inteiro por seus indivíduos.

Em outra direção, o filme *Viajo porque preciso, volto porque te amo* (Marcelo Gomes e Karim Aïnouz, 2009)

refunda uma relação com o sertão de maneira ainda mais radical. Seu território não desenha um mapa fechado como os anteriores. O sertão ali está em movimento, desdobrando-se a cada segundo pela estrada percorrida pelo protagonista José Renato (Irândhir Santos) ao longo dos interiores baiano, sergipano, cearense, alagoano e pernambucano.

Trata-se, enfim, de um filme de estrada (um *road-movie*), como outros filmes da safra recente. E se tal gênero é marcado pela introspecção dos personagens e por suas jornadas de autoconhecimento, o filme conecta o tempo todo a coleção de fragmentos documentais de paisagens e personagens fugidios aos lapsos de memórias e afetos de quem o conduz. Partindo de uma ânsia de que a viagem seja breve, da solidão dos primeiros dias de estrada e da poeira impregnada na garganta, a viagem sertão adentro torna-se um caminho sem volta: “Não quero que essa viagem acabe nunca”, conclui o personagem.

Cena do filme *Na quadrada das águas perdidas*



Por fim, lançado recentemente, *Boi neon* (Gabriel Mascaro, 2016) amplia o mapa do sertão com um contexto pouco conhecido pelas imagens do cinema. Ele nos leva, no estado de Pernambuco, ao cotidiano de pessoas que vivem no limite entre a aridez e a abundância trazida com os novos centros urbanos e industriais do agreste. Nos bastidores das vaquejadas, uma revendedora de cosméticos chega para, ali mesmo, ao lado do cocho dos bois, recobrir o cangote dos vaqueiros com seus perfumes em promoção.

Sinal dos tempos? Quando não está cuidando dos bois, o protagonista Iremar (Juliano Cazarré) desenha e costura roupas, sonhando com um trabalho na indústria têxtil. A

desconstrução do clichê do sertanejo rude e varonil é acompanhada de uma atualização estética do próprio sertão. Com a paisagem natural convivem as interferências artificiais; com o som ambiente, a produção musical da trilha sonora; com as luzes escassas da noite no acampamento sem eletricidade, a luz negra lançada sobre o couro do boi.

Se filmes como esses de fato desenharam os caminhos para um novo ciclo de imagens do sertão no cinema brasileiro, talvez com o tempo tenhamos clareza de um projeto que leva todos a um ponto em comum. Por ora, talvez seja possível afirmar apenas que não temos mais um cinema que vai em busca de seu sertão, mas sertões que fazem nascer os seus cinemas.

Para saber mais

GEOPOÉTICAS DO SERTÃO MINEIRO EM GIRIMUNHO

Por Diego Zanotti

Noite de festejo no terreiro de Maria. Um rasgo de silêncio em meio ao batuque parece louvar aos quatro cantos a fábula de um sertão profundo. Nas correntes do rio São Francisco, um giro singular da água parece transformar uma mulher – após a morte do marido, Bastú reafirma sua dor e sua potência frente à perda. Nas fronteiras da ficção e da prática documental, o filme *Girimunho* (Hélcio Marins Jr. e Clarissa Campolina, 2011) nos insere não somente no drama da saudade como também nos apresenta o norte de Minas Gerais e as profundezas da vida sertaneja na cidade de São Romão. Neste inevitável giro da morte, mergulhamos no mundo do tempo expandido e do espaço potencialmente vazio. Locações que abrem o plano ao seu inevitável atravessamento, por itinerários que incluem desde grandes e evidentes deslocamentos até o mais elementar caráter de movimento. O fluir dessa mulher pela jornada do filme provoca a potência de sua própria potência, provoca a reflexão de seu lugar complexo, contraditório, vulnerável às forças do girar das águas. Deslocamentos profundamente internos e movimentos poeticamente visíveis recorrem no filme como metáfora de um drama global da vida e da morte,

com performances humanas possíveis entre um mundo e outro. Potências latentes, microrrevolucionárias, que criam o espaço da contradição e da complexa condição de mulher no sertão mineiro. Estaríamos nós, em *Girimunho*, em movimento profundo? A protagonista no abalo da partida, o filme em seus arranques afetivos e o espectador nas correntes agitadas que habitam a tela e o mundo? Quem sabe nos tornos do *Girimunho* esteja o cerne de um caminhar interno, sem ponto e outro, cuja potência de um fluir micropolítico seja inspiração para o caos da realidade? E assim escutar grandes ou pequenos passos, – o que Chico Science um dia gritou em sua música, “um passo à frente e você não está no mesmo lugar”, e Siba, cansado de ver o mundo rodar: “toda vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar”.

O sertão em outros filmes no cinema pós-retomada:

Aboio (Marília Rocha, 2005)

Cinema, aspirinas e urubus (Marcelo Gomes, 2005)

Sertão de acrílico azul piscina (Marcelo Gomes e Karim Aïnouz, 2005)

Árido Movie (Lírio Ferreira, 2006)

O céu de Suely (Karim Aïnouz, 2006)

Tapete vermelho (Luiz Alberto Pereira, 2006)

O homem que desafiou o diabo (Moacyr Góes, 2007)

Deserto feliz (Paulo Caldas, 2008)

Girimunho (Hélcio Marins Jr. e Clarissa Campolina, 2012)

Cine Holliúdy (Halder Gomes, 2013)

A história da eternidade (Camilo Cavalcante, 2014)

DIZ

CARLÚCIO (CARLOS LÚCIO NUNES DE OLIVEIRA)

Sonhá com peixe. Se você sonhá com peixe Curimatá de escama, é bom. Se você sonhá com surubim, é morte. Alguma coisa vai acontecer, assim, de perigoso no rio. Eu sonhei uma vez com meu menininho, o barco afundando com meu menininho, aí eu cheguei lá minha esposa tava trabalhando, o Buiuzinho meu tinha uns 4 anos, gostava de vim comigo pro rio, 4 pra 5 anos, aí eu falei “Ô rose, eu sonhei”, que esse tempo não tinha rabeca não, era no remo mermo ne? Eu falei “Ô rose, eu sonhei com Buiú morrendo e o barco virando comigo, eu num dei conta de pegar Buiú e ele ta chorando muito pra mim ir pro rio”. Na hora que eu cheguei no serviço dela falando ela falou “então ele num vai não porque essa noite também eu sonhei”. E sabe o quê que aconteceu? Deu uma ventania tão forte, o barco tava apoitado, apoitado é o barco parado, e eu sem saber o quê fazia, se eu desapoitasse o barco, o barco virava. E era no remo e nesse tempo os barco era menor. E ficou aquela confusão. E ninguém teve coragem de ir lá. Aí chegou uma lanchona grandona e me viu lá e foi lá buscar. Quando chegou lá que eu tirei apoita o barco virou. Eu falei “olha pra você vê como que é”. Deu sorte que ele não foi.

Essa é mentira mesmo viu? O cara saiu pra poder morar na beira do rio, aí tava ruim de peixe e ele foi pra pegar melancia pro filho dele chupá, um menininho pequeno, aí saiu pra poder rancar duas melancia porque a mãe falou “vai lá rancar duas melancia pro filho chupá” e foi. Perto de um arroizal, tinha uma cobra que dava catorze metro. Essa cobra veio pra comer o cara. No que veio pra cumê o cara o cara jogou as duas melancia nela. Ela engoliu as duas melancia. Tava com um facão na mão ele rumou o facão, ela engoliu o facão, e ele saiu correndo “muiê, muiê, muiê, abra a porta muiê, que a cobra quer me comê muiê”, e saiu correndo. E tinha uma varandinha assim, ele passou pela varanda, a muiê não abriu a porta, ele jogou um banquinho na cobra, a cobra engoliu o banquinho. Na hora que ele rodeou a casa, a muiê abriu a porta, saiu o menino. Aí a cobra pegou foi e engoliu o menino. No que engoliu o menino a mãe ficou desesperada, que a mãe é doída mermo né? Correu com uma faquinha e furou a cabeça da cobra, a cobra morreu. Aí ele falou “e agora o menino? Vão partir a barriga da cobra!” Na hora que partiu a barriga da cobra, sabe o quê que aconteceu? O menino tava sentado no banquinho cortando as talhada de melancia e chupando.



Carlúcio, pescador e contador de histórias. Foto Maria Ribeiro

APOENAH: UM LUGAR ALÉM

A banda Apoenah mistura instrumentos e ritmos musicais para dizer sobre o lugar de onde vieram

POR ALINE FRAZÃO

Misturando poesia, música, artes plásticas e artes visuais, a banda Apoenah se diz movimento cultural, o Barrancarte, que quer dizer arte de barranco. Barranco é uma palavra de sentido amplo, que faz referência ao rio, à fauna, à flora, mas sobretudo àquele que vive em sintonia com o lugar, ao barranqueiro.

A Apoenah, da cidade de Itacarambi, é uma junção de gêneros: rock, forró, maracatu, baião, hip-hop. Os instrumentos também são diversos: sanfona, violão, triângulo, caixas agudas e graves, alfaías feitas com material que seria jogado no lixo, e ainda berimbau, pandeiro, maracá e, por vezes, baixo. Raimundo, vocalista e fundador da banda, brinca que a Apoenah parece ter jogado toda essa mistura no liquidificador, tamanha dificuldade em denominar um ritmo ou gênero. É uma banda experimental, que carrega a riqueza típica do sertão.

Ouvir a banda é como viajar para dentro desse local, tão concreto e tão misterioso, que o escritor mineiro João Guimarães Rosa eternizou em sua obra *Grande Sertão: Veredas*, “o sertão está em toda parte e está dentro da gente”. Rosa, aliás, é inspiração para o grupo. Além do escritor, as principais influências da banda são Lirinha, da extinta Cordel do Fogo Encantado, do sertão de Pernambuco, e Chico Science, artista já falecido, também de Pernambuco. Deles, vem a inspiração de Raimundo para declamar versos nos palcos.



Grupo Apoenah

A banda e o sertão

A música da Apoenah valoriza a cultura, as tradições, os antepassados e as paisagens do sertão, como as cavernas do Peruaçu, com suas pinturas rupestres. As letras das canções são profundas como o céu do lugar, e abordam questões como a relação dos barranqueiros com o Rio São Francisco, o modo de vida dos sertanejos e a luta por justiça.

A maior parte das canções é de autoria de Raimundo. A primeira que ele compôs e que nunca foi gravada – pelo menos por enquanto – serviria de referência para todas as composições do grupo. “América Roubada” fala de terra, de justiça, de resistência cultural em contraponto com a vida nas cidades:

“A mãe terra, revoltada
com tanta ganância, tantas ameaças

um reflexo de um século tecnofrágil
em estágio real avistado
(...)
Irmãos índios Xakriabás
com lanças e punhos
batalham pelo reconhecimento das terras
e ainda hoje resistem
com os pés fincados em seus solos sagrados
que os tais coronéis insistem ainda em roubar
preparados para o embate
chamamos a proteção da onça Iaiá
Tão procurando os Xakriabás
Afim o que pregam hoje nas cidades?

O nome da banda, Apoenah, é indígena, da língua Tupi-Guarani. Significa um lugar além, “além das coisas materiais e que nos prendem nesse mundo aqui”, como explica Raimundo. Outra banda levava o nome “Apoena”, mas como a escolha tinha tudo a ver com a formação da

banda e com o Movimento Barrancarte, o grupo acrescentou um H no final.

A banda pode não ter uma definição de gênero, mas como deixa claro Raimundo, “os elementos que permeiam esse sertão a gente traz pra proposta de musicalidade”. E como falar de sertão sem falar em causos? Ainda mais de sertão mineiro? Falo daquele bom papo, com suco de maracujá colhido do quintal ou um café quentinho. A banda até dedicou um dedo de prosa ao sertão em uma música, a “Dedo de prosa Catrumana”.

O caso da onça Iaiá, que os sertanejos juram ser verdadeira, está muito presente nas canções da Apoenah. A Iaiá é uma proteção: conta-se que, na época da colonização do Brasil, o português Matias Cardoso (que dá nome a uma cidade próxima) chegou com a Coroa Portuguesa e teve aval para invadir qualquer área que alcançasse. Para conseguir o feito, matou muita gente, principalmente indígenas que viviam às margens do rio São Francisco, o velho Opará, como eles o chamam. Quando o filho de Cardoso, Januário Cardoso, decretou a expulsão dos Xakriabás das margens do rio, passou-se a ver a tal Iaiá, uma índia que se transformava em onça para comer os inimigos do seu povo.

Formação da Apoenah e projetos do Barrancarte

A banda Apoenah é uma grande família, pode-se dizer assim: os atuais integrantes são Raimundo Oliveira, no violão e voz; Lucas na caixa de reis, alfaia, triângulo, berimbau e pandeiro, e Gilberto no acordeon e voz. Ambos são irmãos de Raimundo. Iridan Ramos, vocalista, é esposa de Raimundo. Há ainda Wellington Farias, guitarrista, primo dos três, e Gabriel Pires, na percussão, tocando alfaia e caixa de reis.

O grupo se formou no início de 2012 e as canções carregam muitas lembranças da infância vivida no sertão. Raimundo e seus irmãos, quando crianças, admiravam o pai com a sanfona e a mãe puxando o grupo de Reis das Pastorinhas. Assim, seguiam os pais nos festejos e cantorias. Dos avôs, ficaram os causos contados no Riacho da Cruz, que despertavam fantasias e instigavam a veia artística dos meninos. Outra memória dos tempos de infância no sertão é o movimento Reizado, trazido da Bahia pela saudosa Sá Martinha.



Raimundo Nonato, integrante do grupo Apoenah

Na internet não tem material farto da Apoenah. Para sorte dos que admiram o som – e dos que virão a curtir – o primeiro CD da banda está em fase de produção.

Os Apoenah sonham. Sonham com um mundo melhor e um sertão preservado com as coisas boas de lá. Do envolvimento com a Comissão Pastoral da Terra, veio a vontade de Raimundo, compartilhada com todo o grupo, de levar mensagens de luta. As questões socioambientais são muito abordadas, como o desmatamento do Cerrado e o secamento de rios e córregos.

O movimento Barrancarte já realizou diversas ações de educação com a juventude da região onde está inserido, nos âmbitos ambiental e patrimonial. A atual ação é um projeto de aulas gratuitas de violão, que acontece a partir de uma parceria com a Secretaria de Educação do Estado.

A banda pensa em criar uma associação que viabilize a chegada de recursos para continuar os projetos de educação. Após a gravação do CD, Raimundo ainda tem a tarefa de lançar seu livro que está em fase de produção e é inspirado nas obras de Guimarães Rosa, Euclides da Cunha e outros autores e poetas que narraram os sertões. Além do envolvimento nesse processo artístico-cultural, Raimundo é espeleólogo – pesquisador que se dedica a estudar cavidades naturais, como cavernas. Ele acabou de encontrar um fóssil que pode ser de um preguiça-gigante.

QUEM ESCREVE



ALINE FRAÇÃO

Jornalista e produtora na Rede Minas de Televisão, atua no Jornalistas Livres e faz parte da Frente Brasil Popular Minas.



ANA CARNEIRO

Jornalista e antropóloga, autora de *O povo parente dos Buracos* (E-Papers, 2014) e *Que é feito de você, Mangueira?* (Vermelho Marinho, no prelo).



BAUZINHO (LAURIMAR DE JESUS)

Extrativista, membro fundador da Cooperativa Agroextrativista de Pandeiros e poeta.



CAROL ABREU

Jornalista, educadora e percussionista da banda Djalma não entende de política.



CARLÚCIO (CARLOS LÚCIO NUNES DE OLIVEIRA)

Pescador, contador de histórias e comerciante em Januária/MG.



CÁSSIO ALEXANDRE DA SILVA

Pesquisador e docente do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unimontes.



CÉLIA XAKRIABÁ

Integrante do povo Xakriabá e coordenadora da Educação Escolar Indígena na Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.



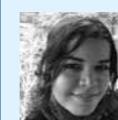
DAMIANA CAMPOS

Pedagoga social, coordenadora do projeto Turismo Ecocultural de Base Comunitária do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu/Instituto Rosa e Sertão



HEBERT CANELA SALGADO

Turismólogo, professor adjunto do Curso de Turismo da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades da UFVJM.



ISABELA LAZAROTTI

Bióloga do Instituto Biotrópicos, onde atua para a educação ambiental, desenvolvimento sustentável e conservação.



JOÃO PAULO CUNHA

Jornalista, filósofo, colaborador do jornal Brasil de Fato e autor de *O cantador do Rio Gavião*, que integra a publicação *Elomar – Cancioneiro*.



JOSÉ WILSON RIBEIRO

Cordelista da Comunidade Ribeirão de Areia.



JULIANA AFONSO

Jornalista, integra o projeto Cinema no Rio São Francisco.



JÚLIO ABREU

Designer gráfico. Publicou o livro de poemas *Jogo das bonas* (Scriptum, 2015).



LEONORA WEISSMANN

Artista plástica, cantora e compositora.



MARCELA BERTELLI

Antropóloga e gestora cultural, membro do grupo Ilumiara de pesquisa e música e diretora da Lira Cultura.



MARIA RIBEIRO

Fotógrafa e diretora de fotografia, autora do livro *Nós, Madalenas – uma palavra pelo feminismo* (Fonte Editorial, 2015).



MARIANA CABRAL

Artista visual, fotógrafa e “buscadora” de histórias.



RODRIGO TÁRSIA

Astrofísico, professor aposentado do Departamento de Física do Instituto de Ciências Exatas da UFMG, autor de livros de Astronomia e Física.



NUNO MANNA

Jornalista, pesquisador pela UFMG e colaborador da revista Piauí.

EXPEDIENTE

EDITADA POR

Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão
Lira Cultura
Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Carol Abreu
Damiana Campos
Juliana Afonso
Marcela Bertelli

PROJETO GRÁFICO

Júlio Abreu + Leonora Weissmann/
Jiló Design

FOTOS DA CAPA

Maria Ribeiro (primeira capa)
Mariana Cabral (segunda capa)
Hugo Messina (terceira capa)

FOTOS

Alexandre Guzanshe
André Fossati
Carolina Kina
Edgar Corrêa Kanaykô
Hugo Messina
Maria Ribeiro
Mariana Cabral
Matheus Loureiro
Tom Alves

REVISÃO

Maria Clara Xavier

PRODUÇÃO

Damiana Campos

NÚMERO 1

Setembro de 2016
Tiragem: 3000 exemplares

ISSN

2525-6734

AGRADECIMENTOS

Associação Cultural de Ribeirão de Areia
Comunidade Buracos
Comunidade Buraquinhos
Comunidade Fabião
Comunidade Retiro dos Bois – Manzuá
Comunidade Ribeirão de Areia
Conselho do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu
Cooperativa Agroextrativista de Pandeiros
Cooperativa Sertão Veredas
Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
Instituto Estadual de Florestas – IEF
Terra Indígena Xakriabá
Aline Cântia
Almir Paraka
Aurelio Souza Cruz
Cesar Victor do Espírito Santo,
Desvia - Produtora do Boi Neon
Elis Cristina Santos
Fernanda Lopes
Gabriel Oliveira
Gabriela Barros
Hugo Messina
Isabela Larazarotti
Jacinto Pereira de Souza
Janaina Oliveira
João Paulo Cunha
Joel Sirqueira
José Correia
Julia Castro
Márcia Regina Silva Pena
Quintal
Sandra Kogut
Stella Maris Garcia
Tambellini Filmes
Tereza de Jesus Silva Santos

INSTITUTO CULTURAL E AMBIENTAL ROSA E SERTÃO

Vera Lucia de Farias Almeida
PRESIDENTA

Maria Lúcia Ribeiro
VICE-PRESIDENTA

Marilene Pereira Lima
VICE-PRESIDENTA

Daiana de Sousa Campos
COORDENAÇÃO EXECUTIVA

PROJETO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU

Damiana Campos
COORDENAÇÃO GERAL

Irene G. Guedes
COORDENAÇÃO FINANCEIRA

Diana de Sousa Campos
MOBILIZADORA SOCIAL

Laiane Costa e Paulo Marinho
ASSISTENTES DE CAMPO

APOIADO FINANCIERAMENTE

Fundo Socioambiental da CAIXA

PARCEIROS

Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu
FUNATURA
Fundo Nacional de Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Governo Federal



Rua Dr. Jarbas Vidal Gomes, 30/sala 603
31.170-070 – Cidade Nova
Belo Horizonte/MG
55 31 3224 6700
contato@liracultura.com.br



Muita gente acredita e outros não acredita, toda sexta-feira passa um ouro aqui por cima da cidade, que sai da serra da canastra e vai pro morro do chapéu, ali. Todo pescador que fica pescando aqui sabe que de três em três terça-feira esse ouro passa. Aí o quê que acontece? Eu já cansei de ver ele. Tem um menino, o pai dele já morreu né, aí desde pequeno, hoje ele já tá mais ou menos da minha idade, aí ele contava que ele ficava sentado com o pai dele e passava aquela bola de fogo, viajando, aí ele pegava e virava, falava com ele assim “óia lá meu filho, ali tá indo a fortuna, quem desencantá aquela fortuna vai ficar rico demais. Cê conta meu filho, que toda terça-feira, óia aí ô, passou hoje, é terça-feira, agora três terça-feira, se esse ôro não vai passar” Aí ele alembrava disso e ficava contando. Aí a observação que eu fiz. Se você marcar a terça-feira certinha que ele passa, na terceira terça-feira torna a passar. Muita gente já cansou de ver. Só que na hora que vê aquela bola de fogo que vai indo e vai indo e até some. É mistério? É. Mas todo mundo tá vendo.

CARLÚCIO (CARLOS LÚCIO NUNES DE OLIVEIRA)

Manzúá

REALIZAÇÃO



APOIO
FINANCEIRO



PARCEIROS



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

